

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

11.^a Reunião
(16 de julho de 2014)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Telmo Correia) deu início à reunião às 15 horas e 5 minutos.

A Comissão aprovou dois requerimentos, um apresentado pelo CDS-PP e outro pelo PS.

O Sr. Dr. Júlio Castro Caldas (Ministro da Defesa Nacional entre outubro de 1999 e julho de 2001), após uma intervenção inicial, respondeu aos Srs. Deputados Mariana Mortágua (BE), Elsa Cordeiro (PSD), José Magalhães (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), João Ramos (PCP) e Paulo Simões Ribeiro (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 18 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à reunião.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Peço que chamem o Dr. Júlio Castro Caldas para iniciarmos os nossos trabalhos.

Entretanto, tinha ficado pendente da reunião de hoje de manhã um requerimento, apresentado oralmente durante a intervenção da Sr.^a Deputada Cecília Meireles, que diz: «Os Deputados do PSD e do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm, nos termos legais e regimentais aplicáveis, requerer a V. Ex.^a que seja pedido ao Ministério da Defesa Nacional o Relatório, datado de julho de 1996, elaborado pelo Grupo Coordenador do Programa de Manutenção da Capacidade Submarina, por se afigurar relevante para o objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.»

Vamos ter exatamente o mesmo procedimento que tivemos, ontem, em relação ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado José Magalhães, e, por isso, coloco este requerimento à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Este pedido do Relatório de julho de 1996 seguirá para o Ministério da Defesa Nacional.

Também foi apresentado um requerimento do Partido Socialista, já referido, oralmente, na intervenção do Sr. Deputado José Magalhães, que diz: «Pela consulta do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, proferido no Processo 1977/03 remetido a esta Comissão e pelo que

resultou da audição (...), existem documentos relevantes naquele processo para a prossecução do objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pela informação dada por Sua Excelência o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o processo em causa foi remetido ao DCIAP (...), em 4 de Novembro de 2013, para efeitos de consulta no processo de inquérito n.º 222/11.9 (...)» daquela mesma entidade, «Assim, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 13.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, e sem prejuízo de outras peças processuais e documentos (...)», o Partido Socialista requer «(...) com carácter de urgência, que seja solicitado ao DCIAP (...) o envio do Parecer da Marinha de 3 de junho de 2003, mencionado no ponto 2.2.2.a da pág. 51 do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo».

Enfim, não li detalhadamente todo o requerimento, mas penso que está identificado e estará, aqui para consulta posterior, se alguém quiser. Coloco-o, também, à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Portanto, seguirá também o pedido de documentação apresentado pelo Sr. Deputado José Magalhães e pelo Partido Socialista.

Faça favor, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, gostava de pedir alguma diligência particularmente célere junto do DCIAP, o que se consegue, aliás, através de um contacto prévio, porque não se trata de pedir um extrato do processo. Houve confiança do processo e está a ser, seguramente, utilizado. Não se quer o acesso ao processo todo, só a esse documento, uma vez que o Sr. Almirante Fragoso, provavelmente, não nos

mandará toda a documentação a que aludimos com a mesma celeridade com que se extrai não sei quantas folhinhas, poucas, do processo que está em uso corrente na Procuradoria-Geral da República.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, no requerimento está referido que o carácter é urgente e, portanto, serão tomadas as diligências necessárias para tentar dar cumprimento a essa mesma urgência.

Neste momento, não há mais nenhum requerimento, nem mais nenhum pedido de documentação, por isso, aguardamos a presença do Sr. Dr. Júlio Castro Caldas, para darmos início à audição.

Pausa.

Srs. Deputados, temos connosco o Dr. Júlio Castro Caldas, por isso, estamos em condições de começar.

Em primeiro lugar, queria dizer uma palavra ao Dr. Júlio Castro Caldas, agradecendo-lhe a disponibilidade imediata, a partir do meu contacto, para estar presente, num curto espaço de tempo, nesta Comissão de Inquérito, para ser ouvido na qualidade de Ministro da Defesa Nacional do XIV Governo Constitucional — já lá vão uns anos — e dizer-lhe, também, obviamente, que a Comissão lhe pede este esforço de memória, tendo em conta que é uma Comissão de Inquérito sobre vários programas militares e vários programas de aquisição de equipamentos militares, designadamente os EH-101, os P-3C Orion, os C-295, torpedos, F-16, submarinos e Pandur. Portanto, é uma Comissão que tem este âmbito vasto, daí termos pedido a presença de ministros que já não exercem as suas funções há alguns anos.

Em qualquer caso, queria agradecer-lhe a sua disponibilidade e dizer-lhe, Sr. Doutor, que o processo é este: se o Sr. Doutor quiser, como terá sido informado, poderá fazer uma intervenção inicial, dispondo de 10 minutos para esse efeito, ao que se seguirão as rondas de perguntas dos vários grupos parlamentares.

Na primeira ronda, o sistema é livre, ou seja, é um sistema de inquérito puro, por assim dizer. Pode haver pergunta resposta direta e o Deputado que estiver a conduzir a inquirição, nesse momento, tem total liberdade de parar e voltar a perguntar. É esse o método que seguimos.

Pergunto-lhe se deseja fazer uma intervenção inicial, ou não.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas** (Ministro da Defesa Nacional entre outubro de 1999 e julho de 2001): — Sr. Presidente, agradeço-lhe imenso esta oportunidade, visto que a minha vontade é colaborar, inteiramente, com os Srs. Deputados, no fornecimento da informação que se revele necessária para a satisfação do interesse com que ela é constituída e continuada.

Gostaria de fazer uma declaração introdutória curta para balizar o meu conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza. A palavra é sua.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, na primeira declaração que gostaria de fazer, queria pedir-vos desculpa se, porventura, a minha idade e os 14 anos que vão entre o conhecimento dos factos e aquilo que os Srs. Deputados, hoje, estão a tentar apurar revelarem algumas falhas. Desculpem-me e

tomem em consideração que o tempo, de facto, é um grande «erosionador» da memória.

A segunda questão, é uma declaração de interesses que julgo que é absolutamente necessário fazer, nesta Comissão.

Presentemente, desempenho funções de representação da EMPORDEF, no Conselho de Administração da OGMA, e funções de Presidente da Assembleia-Geral de duas outras empresas, que eram do extinto grupo EMPORDEF, a Naval Rocha e a OGMA Imobiliária.

Por via desse desempenho de funções, há factos que, porventura, me podem ter vindo ao conhecimento posteriormente e poderei ter disponibilidade para relatar o que se considerar útil para o efeito.

Por outro lado, por via do exercício da minha profissão, também tomei conhecimento de factos em relação aos quais tenho uma obrigação de reserva e se me forem solicitadas instâncias sobre factos que sinta que estejam sob a obrigação de sigilo profissional, di-lo-ei, e esta Comissão, ao abrigo da estrutura legislativa que enforma o seu funcionamento, curará de obter a minha desvinculação do segredo profissional, se assim o entender.

Assim sendo, estarei à disposição dos Srs. Deputados para dizer que, efetivamente, fui eu quem apresentou a revisão da Lei de Programação Militar — creio que, os meus apontamentos, aqui, o dizem, com um discurso que fiz nesta Câmara —, que correspondeu à Lei Orgânica n.º 5/2001, publicada em *Diário da República*, a 14 de novembro de 2001.

Na apresentação da Lei de Programação Militar, na intervenção que fiz, tenho um caminho crítico de exposição sobre os programas militares que nela estavam contemplados e, sobretudo, aquilo que foi a inovação do meu Ministério, ou seja, o modelo de financiamento e a existência e configuração, ao abrigo, creio eu, do artigo 230.º do Tratado de Roma, da possibilidade de, efetivamente, financiar os programas militares que

constavam da Lei de Programação Militar com uma estrutura financeira, que não era o endividamento direto inscrito no orçamento, por dívida pública, mas as autorizações dadas pelo Eurostat para essa configuração financeira. Ou seja, o facto de a mesma poder ser configurada e aprovada, ao abrigo das disposições do artigo 230.º do Tratado de Roma, e de as rendas das locações financeiras e das locações operacionais poderem ser pagas e inscritas nas rubricas do exercício orçamental subsequente, a partir de 2015.

Com isso, não sei se o Sr. Presidente pretende que faça um pequeno caminho crítico sobre os programas que, na altura, me foi dado examinar e estudar.

Sendo certo que pedi a minha demissão de Ministro da Defesa num Conselho de Ministros, cuja data não consigo recordar, pelo facto de ter feito este orçamento do Ministério da Defesa, com enorme complexidade e com enorme defesa, três vezes, sempre em baixa, tendo o resultado — que julguei ser o resultado consolidado desse orçamento aprovado na Assembleia da República — sido posteriormente destruído, em virtude de resoluções de cativação de um terço do valor das rubricas inscritas, que tornavam uma enorme dificuldade, senão mesmo impossibilidade, sustentar o financiamento das operações de manutenção e de encargos de fabricos. Porventura, a situação mais difícil era na Força Aérea e na Marinha.

Esse facto foi dito por mim em Conselho de Ministros, ou seja, que não conseguiria executar um orçamento que considerava «de palavra de honra» com os Ramos militares e no qual, posteriormente, existiria uma cativação de 25% desse valor nas rubricas de operação.

Pedi a demissão, saí e nenhum dos contratos subsequentes, que, aqui, os Srs. Deputados estão a analisar, foi por mim outorgado. Foram todos outorgados posteriormente. Conheço parte da pré-contratualidade de alguns

deles e, portanto, estarei disponível para vos prestar as informações que julguem necessárias.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, iniciar as várias rondas de perguntas.

Temos uma primeira ronda de 10 minutos. Esta Comissão segue, por força do seu Regulamento, um regime rotativo e, por isso, o partido que iniciou uma determinada audição nunca é o mesmo que iniciará a audição seguinte. Hoje de manhã, iniciou o Grupo Parlamentar do PCP e, pela ordem das forças políticas, compete ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda iniciar esta audição e a primeira ronda de perguntas.

Por isso, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, para que inicie esta ronda de perguntas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Dr. Castro Caldas, agradecendo a sua vinda aqui, e também os Srs. Deputados.

Com certeza, o Sr. Doutor saberá quais são os programas que estão sob escrutínio, nesta Comissão de Inquérito. Parece-me, até por uma questão cronológica, que o processo dos submarinos tem, aqui, especial importância porque foi um dos primeiros a ser iniciado. Como estamos a avançar nos responsáveis pela pasta da Defesa, essa cronologia vai avançando também e os programas tornam-se mais importantes à medida que nos aproximamos da sua data de contratação.

De qualquer forma e sabendo que o programa dos submarinos é aquele em que gostaria de me focar mais à frente, gostaria de saber, dentro dos outros programas — em muitos deles a fase pré-contratual aconteceu nestes anos —, em quais é que esteve, na altura, envolvido e em que

medida, enquanto responsável da pasta da Defesa. Que decisões é que foram tomadas, para além deste processo dos submarinos, do qual irei, mais à frente, procurar tirar mais algumas conclusões?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Dr. Júlio Castro Caldas, para responder.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Responderei sucintamente.

Entre outubro de 1999 e 2001, existia um programa de helicópteros ligeiros para o Exército, que julgo que não está configurado, aqui, no objeto da vossa indagação, mas é bom referi-lo. Este programa já vinha adjudicado do Gabinete do Ministro Jaime Gama e os processos de fabrico estavam em curso desde 1999.

A inscrição do financiamento desse processo dos helicópteros ligeiros para o Exército ficou assegurada na LPM n.º 5/2001 e nas rubricas inscritas no Orçamento para o efeito. Refiro isto, porque este programa acabou por ser absolutamente essencial para a manutenção da operacionalidade da força de helicópteros ligeiros para o Exército.

Depois, o segundo concurso, que foi o dos helicópteros de busca e salvamento CSAR (*combat search and rescue*) e SIFICAP (Sistema Integrado de vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca da Força Aérea) foi, talvez, a organização mais complexa e mais difícil do meu Ministério. Esse concurso estava também em andamento quando tomei conta da pasta, havendo dois concorrentes, um seria a proposta da Eurocopter e da AgustaWestland e da Sikorsky, com motores Rolls-Royce.

Havia uma missão de acompanhamento e fiscalização, liderada pelo Tenente-General Ferreira Fidalgo, e em abril de 2001, tendo eu enorme dificuldade em configurar o financiamento para este programa, imaginámos

a criação das empresas-veículo, um delas a DEFLOC — Locação de Equipamentos de Defesa, SA, onde a EMPORDEF tinha 81% e a Caixa Geral de Depósitos 19%.

Esta empresa repetia a experiência da SUBLOC, que era a empresa-veículo criada também para financiar o programa dos submarinos, onde havia uma participação da EMPORDEF com 30% e sete bancos, cada um com 10%.

A intervenção do Ministro nestes programas centrou-se sobretudo, no meu caso, na discussão dos pacotes industriais oferecidos pelos concorrentes ao abrigo da legislação das contrapartidas, que também foi vistoriada por mim nesse Governo e que estava no Decreto n.º 353/2000, do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Economia.

Aqui vale a pena, politicamente, dizer aos Deputados da Assembleia da República que a minha convicção sobre o que devia ser uma política de contrapartidas teve grande conflitualidade e grande choque com interesses económicos instalados.

Eu defendia que o modelo devia ser um modelo industrial, configurado, em investimento direto, nos modelos industriais e que não deveria haver alocação a meios exteriores ao próprio setor da defesa que introduziam distorções e *lobbies* económicos de muito difícil controlo por quem tinha a obrigação de zelar pela aplicação das efetivas contrapartidas.

Fui muito atacado por isso, sofri influências políticas muito graves no sentido de dizer que os investimentos diretos e as contrapartidas industriais diretas no projeto, que eu entendia serem as instruções que deviam ser dadas à indústria militar e que tinham como intuito a constituição de um *cluster* industrial militar altamente reprodutivo, de teor industrial, não deveriam ser contaminadas pela dispersão de modelos de *offset* indireto, visto que anteriormente eu tinha estudado o modelo que

tinha sido criado para aquisição das fragatas tipo Vasco da Gama e no meu Ministério, quando lá cheguei, ainda as contrapartidas da aquisição dessas fragatas Vasco da Gama não estavam cumpridas e executadas, estavam em falta, e o Ministério da Defesa sem capacidade de poder controlar a sua efetiva execução.

As orientações tinham então um programa de aquisições, que veio a constar da LPM, e a parcela industrial que pude na altura configurar — a meu ver com algum êxito — era uma parcela industrial a desenvolver maioritariamente pela OGMA.

A OGMA era já no meu tempo um extraordinário alfobre de conhecimento, de *know-how* industrial, com enormes dificuldades financeiras e organizacionais. Quando saí, o programa operativo, que é o que estamos aqui a transmitir, dos helicópteros de busca e salvamento não estava findo, em 3 de julho, o concurso não estava concluído, e só foi finalizado em dezembro de 2001 pelo meu sucessor, o Dr. Rui Pena.

Devo dizer que analisei a abordagem das empresas interessadas e, se tivesse sido eu a decidir nesta matéria, teria decidido pela adjudicação dos Sikorsky. E teria decidido pela adjudicação dos Sikorsky com base em dois tipos de argumento que me pareceram muito relevantes na altura e que depois não foram tomados em consideração quando foi feita a adjudicação dos helicópteros EH-101.

Primeiro, os helicópteros estavam em operação intensíssima em áreas de combate, tinham uma erosão enormíssima nos seus rotores e atrição fora de vulgar devido à área de combate em deserto, designadamente no Afeganistão, e necessitavam de uma instalação de *refitting* mais perto do centro de combate. Na abordagem que foi feita nessa altura, a Sikorsky prometia como contrapartidas a instalação de um *refitting* dos helicópteros Apache em Portugal, na indústria militar portuguesa, num

cluster aeronáutico que combinava com os helicópteros do Exército e garantia o *refitting* de 183 helicópteros por ano, o que era uma coisa inimaginável em Portugal, num *cluster* aeronáutico.

Eu teria optado por isto, sendo certo que tinha conhecimento que os outros helicópteros eram de facto helicópteros com uma operacionalidade e uma garantia de segurança inimaginável, sobretudo se pudessem ter a operação, como se verificou que viriam a ter, de puderem ir até aos Açores abastecidos de uma vez e, se tivessem um episódio a meio do caminho, podendo voltar sem reabastecer, mantendo uma operacionalidade ativa de busca e salvamento no oceano Atlântico que, porventura, os helicópteros Sikorsky não poderiam fazer se a sua base de operação fosse no Montijo, em Figo Maduro ou nas próprias instalações da OGMA, em Vila Franca.

De qualquer maneira, uma coisa não faria nunca: adjudicar o modelo sem garantir o modelo de *refitting* dos próprios helicópteros, e isso não foi garantido nos orçamentos subsequentes. Portanto, o Ministério ficou confrontado com inexistência de verba suficiente para poder fazer a manutenção desses helicópteros e a manutenção da sua operacionalidade.

Vim a saber mais tarde que a Força Aérea fez prodígios de engenho para poder conseguir voar e fazer busca e salvamento no alto mar com alguns dos helicópteros, com a canibalização, porventura, de equipamentos colocados noutros dispositivos que não estavam em execução.

Portanto, nesta fase, é isto que posso dizer à Sr.^a Deputada sobre o meu pensamento político acerca deste programa.

Quer que eu fale sobre o programa dos submarinos, subsequentemente. Antes pergunto ao Sr. Presidente se o meu tempo também está contido nos 10 minutos, como a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Doutor, não tem tempo controlado. O que pedimos, se possível, é que se tente conter no tempo da pergunta, mas sabemos que, às vezes, uma pergunta de 10 segundos pode justificar uma resposta meia hora e não queremos nem podemos impedir esse facto, como é evidente. O que queremos é saber.

Portanto, não está condicionado, de forma alguma, sendo que a Sr.^a Deputada ainda só gastou 1 minuto e 14 segundos dos 10 minutos de que ela própria dispõe.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Portanto, sobre submarinos, o programa que estava em curso era um programa dos mais complexos, vinha de governos anteriores, inclusivamente do Governo do Prof. Cavaco Silva.

Já no meu tempo, estavam a ser conduzidas negociações só com dois concorrentes. Portanto, já tinha sido feita uma *short list* para os submarinos alemão e francês e o processo que justificava a formalização contratual ficou concluído no meu Governo em 12 de julho de 2001, isto é, 10 dias depois da minha saída do Ministério da Defesa. Portanto, ficou para decisão do Governo, tendo sido analisados os aspetos operacionais técnicos, bem como o peso das contrapartidas.

Inclusivamente, tive o cuidado de me deslocar ao Chile para verificar se o modelo francês do Scorpène satisfazia ou não requisitos operacionais considerados adequados, numa visita muito bem conduzida e muito bem preparada pela Marinha chilena, a qual me revelou toda a complexidade industrial que o modelo francês ainda tinha no que respeita ao sistema de propulsão e de insonorização.

A insonorização é um dos elementos absolutamente essenciais neste tipo de armas e, portanto, convenci-me que a tecnologia industrial francesa

não tinha ainda resolvido cabalmente o problema da insonorização e da propulsão que o modelo do Scorpéne introduzia.

Tinha tido uma negociação muito musculada e muito forte no sentido de exigir um *offset* direto na construção dos submarinos. Considerava que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tinham os melhores soldadores que existem na Europa neste domínio da construção marítima e solicitava aos construtores que, nas suas contrapartidas, pudessem introduzir o corpo central do submarino na construção naval feita nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, permitindo com isso recuperar pelo menos 10 anos de prejuízos operacionais que os Estaleiros tiveram durante o Governo do Sr. Prof. Cavaco Silva, que, para os manter operacionais, aceitou executar fabricos sempre com prejuízos em cada um deles.

Mais tarde, vim a saber que esse tipo de contrapartidas que eu tinha negociado foram desconsideradas. Quando o Governo do Dr. Paulo Portas fez a adjudicação já não de três submarinos mas dos dois que vieram a ser decididos, não é do meu conhecimento o critério que foi escolhido para aprovar as contrapartidas que eram efetivamente oferecidas neste domínio.

Sempre fui um apoiante da construção destas plataformas navais e a explicação é muito simples. A operacionalidade dos submarinos é um terço da operacionalidade de plataformas de superfície envelhecidas que a Marinha tinha para patrulhar o mar territorial e, sobretudo com o desígnio que tínhamos na altura de ampliar a área de jurisdição do mar territorial — sempre tivemos e sempre apoiei todas as iniciativas políticas nesse sentido —, parecia-me altamente ilógico e absurdo pretender ter fragatas do tipo Vasco da Gama a operar sem poder ter a proteção de uma força de submarinos que, efetivamente, permite a uma frota que tenha um navio de comando como a Vasco da Gama navegar em área de intervenção bélica.

Sempre fui um forte defensor dos submarinos e os Srs. Deputados podem hoje, eventualmente, para compreenderem o racional desta decisão, pedir ao ramo que forneça os custos de operação de um submarino e os custos de operação de uma corveta. Peçam a capacidade de intervenção de um submarino em área de combate, por exemplo, no golfo da Guiné ou mesmo na área de pirataria da Somália. A eficácia de intervenção de um submarino em áreas multiusos, mesmo civis, é absolutamente contrastante com um navio de superfície, que não tem nem a velocidade, nem o efeito surpresa, nem a capacidade de transporte de um grupo de combate de fuzileiros como um submarino tem. Se a tivéssemos, eventualmente, poderíamos ter resgatado à força reféns, por exemplo, quando foi a crise dos reféns em Cabinda, fazendo subir um submarino que desembarcasse uma força de fuzileiros e os pudesse resgatar.

O segundo grande argumento para a defesa dos submarinos é a sua capacidade de arma total, de arma letal e de última arma, é o resíduo de que pode dispor o seu sistema de armas de lançamento de ogivas.

O terceiro grande argumento é o efeito-surpresa de vir à superfície e poder escutar e interferir em todas as comunicações sigilosas que os sistemas de espionagem internacional e militar têm no Atlântico Norte. Fui muito combatido por tudo o que era *lobby* americano nesta matéria.

Estavam na altura a nascer os grandes programas de escuta global como os que estão hoje montados no mundo inteiro e a existência de um submarino com um sistema de escuta e interferência, que pode vir à superfície e interferir numa comunicação de satélite que esteja a fazer escuta de dados e esteja fora da previsão de contramedidas de um sistema desses, é um resquício de independência estratégica de uma nação pobre como é a portuguesa.

Portanto, defendo os submarinos e defendi os submarinos. As contrapartidas, depois, e o que aconteceu às contrapartidas, vim a saber mais tarde, por via de intervenção profissional, mas julgo que os Srs. Deputados poderão pedir a sentença que está proferida no tribunal criminal, ainda que ela não tenha transitado em julgado.

É uma bela sentença, bem redigida e bem fundamentada, no meu entender. Não tenho interferência profissional direta nesse processo, mas tive conhecimento dela e estudei-a, porque achei que a acusação que foi apresentada contra a indústria automóvel, que queria beneficiar desse programa de contrapartidas, foi infundada e subtilmente introduzida para criar fumaça na discussão que era o essencial das contrapartidas, que não estão cumpridas quer pela empresa, creio, MAN Ferrostaal, quer pelo consórcio alemão. São de uma dimensão brutal e muito convinha ao Estado português e ao erário público recuperá-las e executá-las, não compreendendo eu, como Ministro, como é que ainda não está feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça favor de prosseguir.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Obrigada, Dr. Castro Caldas, pelo conjunto de informações que nos deu. Julgo que assim nos permite avançar bastante e poupar algum trabalho futuro.

Queria que me ajudasse a esclarecer duas questões relativamente ao processo dos submarinos. Bem sei que não teve decisão em todas elas — nós estamos aqui um pouco por tentativa e erro — e que nem todos os protagonistas tiveram o mesmo poder de decisão em todos os momentos.

Porém, estive cá, esta manhã, o Dr. António Vitorino e explicou-nos que sempre quis manter para a compra de submarinos a hipótese de usados

ou novos, porque achava que isso alavancava o poder de negociação do Estado português.

Disse também que manteve e autorizou o Governo português e a Marinha a manter conversações com o Reino Unido porque havia uma hipótese de comprar submarinos em segunda mão ao Reino Unido e que sairiam, obviamente, muito mais baratos.

Disse-nos ainda que em janeiro de 1998, quando foi aprovado o programa relativo à aquisição de submarinos, estas duas hipóteses — novos e usados — se mantêm em aberto. Porém, sabemos, ao mesmo tempo, que o próprio PRAS (Programa Relativo à Aquisição de Submarinos) já limita os convites para este programa, como aqui já foi referido, a seis empresas específicas.

Pergunto: quando um programa admite, teoricamente, poder comprar equipamentos usados ou novos mas limita este convite a seis empresas, estas seis empresas podiam, todas elas ou alguma delas, fornecer equipamentos em segunda mão ou só poderiam fornecer equipamentos em primeira mão? Talvez seja uma pergunta que não faça muito sentido fazer a alguém que esteja tecnicamente na área, pode ser fruto de ignorância, mas se dizemos, teoricamente, que em aberto está a hipótese de ter novos e usados e depois só fazemos o convite a empresas que fornecem novos, quer dizer que, na prática, a hipótese de usados está «fora de jogo». Queria perceber isto.

Já agora, se pudesse, gostaria que me dissesse em que é que deu este processo com o Reino Unido — porque tentei esclarecer isso e não consegui —, em que momento é que a hipótese da segunda mão «sai de jogo», seja ela no Reino Unido ou outra, e em que momento é que a hipótese de comprar equipamentos novos entra, de facto, em primeiro plano.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Júlio Castro Caldas, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, há pouco disse que, quando entrei no Ministério, essa fase do concurso «já era», já encontro a *short list* das duas empresas. É claro que examinei documentação relacionada com esse modelo dos submarinos ingleses que poderiam ser cedidos.

Devo dizer-vos o que é a negociação de um Ministro da Defesa com os Ramos. Os Ramos querem os *Rolls Royce*, os Ramos querem o mais moderno, os Ramos querem o que é efetivamente mais operacional e, num domínio como este de avançada tecnologia, é óbvio que os requisitos tecnológicos que eram apresentados como fundamentação das opções iam-se sobrepondo em relação a uns submarinos ingleses usados, em segunda mão, e, segundo me vieram dizer, com um ciclo de vida muito curto, que não substituiria eficazmente o ciclo de vida dos submarinos que era necessário abater.

Fiz o último mergulho do submarino a abater e devo dizer que é um filme de terror. Espero que os Srs. Deputados não... Alguns, porventura, já terão feito essa experiência, mas é um filme de terror.

O Sr. **Presidente**: — Se for necessário, estamos cá para isso!

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Exatamente.

É um filme de terror, primeiro, porque entra água, entra pelos parafusos quando aquilo está muito afundado, range, sobretudo num submarino que estava para ser abatido e, portanto, sabia-se que era o último exercício que ia ser feito. Julgo que ele está agora a servir não sei se de

exibição ou de modelo, não sei se no Porto, se em Alcochete, mas enfim... O ciclo de vida desses submarinos estava a terminar poucos anos após a data que estava a ser prevista e o ciclo de vida dos submarinos ingleses pouco prolongava em relação às necessidades que a escola de submarinistas portugueses queria, que eram submarinos com ciclo de vida muito mais alargado. Julgo que foi esse o argumento preponderante para se ter afastado a escolha dos submarinos ingleses.

Há também um comentário que posso fazer. Posso ser acusado de não ter, na preparação do *dossier* que estaria pronto para ser assinado, devidamente formatado a aquisição dos sistemas de armas dos submarinos. Os sistemas de armas dos submarinos também são muito caros. A aquisição dos torpedos é um equipamento caríssimo e, por estranho que pareça, na minha altura, ainda vigorava a proibição dos estaleiros alemães poderem fabricar torpedos. Não sei se isso viria dos velhos discursos do Churchill, que dizia que os estaleiros de Kiel estavam proibidos de fabricar plataformas navais com mais, creio, de 102 m e por isso é que Hitler fabricava submarinos e não fragatas. Mas, de facto, os torpedos não podiam ser comprados na indústria alemã. Os torpedos só podiam ser comprados ou na indústria italiana ou na indústria americana. Na indústria americana, como existia uma enorme relutância a que Portugal pudesse dispor de submarinos, a negociação revelou-se do mais difícil que se pode imaginar. Creio que a negociação para aquisição dos torpedos se consumou na aquisição do modelo italiano.

O segundo sistema de armas era o Harpoon. É evidente que só a indústria americana o podia fornecer e esse memorando de entendimento com o meu colega americano, na altura, William Cohen, ficou assinado. Fui eu que o assinei em Washington e creio que está assegurada a aquisição

do Harpoon como o sistema de armas de superfície que um submarino pode operar. É isto que lhe sei dizer, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, queira prosseguir.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já nos permite ter ideia do que aconteceu àquela proposta do Reino Unido, porque, na reunião que tivemos anteriormente, não tínhamos ficado com nenhuma conclusão.

Mais uma vez, entramos no problema de tudo ter acontecido antes ou depois de o senhor estar em funções. Porém, não quer dizer que não nos possa ajudar a perceber a cronologia dos factos relativamente ao programa dos submarinos.

Em agosto de 1998, há dois relatórios que avaliam as cinco propostas que saem na sequência do PRAS. O PRAS faz um convite a sete instituições, dessas sete há cinco que enviam propostas e há dois relatórios que avaliam essas propostas: um primeiro, da Marinha, a 6 de agosto, que diz que os franceses e os italianos são os que têm melhor qualidade operacional, são a melhor hipótese, e os alemães são os piores, em termos operacionais; um segundo, do Ministério da Defesa, a 26 de agosto do mesmo ano, que, com base, imagino, nesse relatório técnico da Marinha, propõe que passe à segunda fase de negociações os alemães, que tinham pior proposta operacional, e os franceses, que tinham melhor proposta operacional. O argumento para que os alemães saiam do fundo da lista e passem à segunda fase é as contrapartidas, dão melhores contrapartidas, contrapartidas, essas, que ultrapassam até o valor da contratação. Este processo acaba com um processo de negociação entre 1998 e 2000.

Em 2001, como já disse, há um relatório do Ministério da Defesa que diz que o melhor submarino é o francês com o sistema AIP, o tal de autonomia de submersão — digo eu, que percebo pouco disto tecnicamente, como podem imaginar —, e em 2003 há um relatório da Comissão Permanente de Contrapartidas que classifica as contrapartidas dos franceses como médias e as contrapartidas dos alemães como fracas.

A minha pergunta é esta: como é que, ao longo deste processo, os franceses vão sendo sempre qualificados como os melhores do ponto de vista operacional, há uma primeira fase em que os alemães passam porque têm melhores contrapartidas, mas no final do processo, em 2003, há um novo relatório que diz «Bom, afinal as contrapartidas dos franceses até são melhores»? Como é que a proposta alemã vai passando estas fases sem nunca ser claramente a melhor opção, com pareceres contraditórios por parte dos diversos órgãos que vão analisando estas propostas, e depois acaba por ser adjudicada? Se o Sr. Doutor estivesse neste lugar e com esta informação, concordaria com a adjudicação da proposta ao consórcio alemão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Júlio Castro Caldas, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Em 2003, como é óbvio, já lá não estava, portanto não conheço nada do relatório. Analisei esses dois relatórios — hoje, já não os saberei reproduzir — e tive o cuidado de ir verificar *in loco*, no Chile, se aquele relatório que dava o Scorpène com a maior capacidade técnica que estava a ser construída, com as contrapartidas oferecidas pelos franceses, satisfazia ou não e vim de lá convencido de que aquilo não era verdade. O Chefe do Estado-Maior da Armada chileno dizia-

me: «Você tenha muito cuidado porque não temos a certeza se este submarino consegue navegar silenciosamente».

Devo dizer que essa viagem foi muito instrutiva. Estive em Valparaíso, visitei os lugares que a Marinha chilena me pôde oferecer e os próprios estabelecimentos militares onde isso era feito e estive nas instalações de soldadura. Estive a verificar se era ou não possível fazer as soldaduras em Viana do Castelo e convenci-me de que era possível e até que havia soldadores capazes de trabalhar as estruturas de aço fortificado, etc. Mas vim de lá convencido de que o relatório continha imprecisões e que um decisor político não podia deixar-se enganar.

Depois, obtive um relatório que, julgo, os Srs. Deputados poderão pesquisar porque é, talvez, o relatório mais bem feito, da autoria do Almirante Cavaleiro de Ferreira, que, na altura, foi por mim escolhido como Diretor-Geral de Armamento e que, efetivamente, me deu uma opinião abalizada sobre o que era verdade ou o que era mentira em relação às qualidades e aos defeitos que, porventura, eram apresentados pelo modelo Scorpène.

Dir-se-á que, em Portugal, havia uma tradição submarinista francesa muito grande, desde a primeira Guerra Mundial, e havia, por outro lado, a convicção de que, se as contrapartidas de *offset* direto que estavam a ser oferecidas e que o Ministério estava a tentar que fossem executadas nos Estaleiros de Viana do Castelo, «davam a volta» à situação economicamente degradada e deficitária dos Estaleiros. Se essas contrapartidas fossem executadas nos Estaleiros de Viana do Castelo, «davam a volta» à situação industrial de Viana do Castelo. Estamos a falar, portanto, de um modelo de execução entre 2001 e 2003.

Por que é que não aconteceu? Por que é que as contrapartidas não foram executadas? Por que é que isto tudo descambou numa discussão

jurídico-penal que está em cima da mesa para ser ajuizada? Srs. Deputados, isto já não é do meu tempo. Posso ter algumas suspeitas, mas sobre factos não consigo depor.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça favor de continuar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Doutor, consegue dizer-me, na altura em que havia negociações, principalmente, com o consórcio alemão que acabou por ganhar, quem eram os interlocutores por parte do consórcio alemão e por parte do Estado? Ou seja, estas negociações eram feitas com quem? Alguma vez houve algum contacto com a Escom, que tinha um contrato com o consórcio alemão desde muito antes da adjudicação com vista a este negócio? Ou seja, a empresa Escom fez um contrato de propósito para o financiamento deste negócio por parte do consórcio alemão e eu gostaria de saber se, alguma vez, houve algum contacto entre a Escom e o Estado português no decorrer destas negociações por parte do consórcio alemão?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, a resposta é sim.

A Sr.^a Deputada pôs o dedo na ferida... Obviamente, que o consórcio esteve sempre representado pelo seu comissionista e o seu comissionista, à «pala» de ser indicado como a empresa financeira, utilizando o BESI, capaz de montar a estrutura financeira do negócio, especializado no financiamento de operações de sublocação operacional como esta, forneceu os serviços ao Ministério.

Não tenho dúvida nenhuma: forneceu. Inclusivamente, fez várias diligências de intermediação e de recebimento de comissões, não só para

esse negócio dos submarinos mas, depois, para todos os outros, designadamente voltou a aparecer na privatização das OGMA, em que eu intervim como advogado do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Doutor, sabe dizer-me quem é que era o interlocutor por parte da Escom nestas negociações?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Bom, a minha memória... Custa-me a identificar quem eram os administradores da Escom na altura, até porque eles não falavam diretamente com o Ministro, falavam, sobretudo, com as pessoas que eu hoje não sou capaz de identificar nesta Comissão como sendo os encarregados de reunir.

Posso não ser verdadeiro, e peço desculpa por isso, mas julgo que seria o Dr. Horta e Costa.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já percebemos que a Escom teve um papel ativo na negociação deste programa e desta adjudicação.

Pergunto-lhe, então, se a Escom teve também um papel ativo na negociação das contrapartidas e, eventualmente, gostaria que nos fizesse uma avaliação sobre aquela que veio a ser a execução destas contrapartidas.

Por outro lado, quando nos disse aqui que a Escom estava envolvida neste e noutros negócios, pergunto-lhe em que outros negócios é que a Escom esteve envolvida para além de privatizações, ou de outras

adjudicações. Qual é a avaliação que faz do papel da Escom em todo este processo de contratação?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — A Escom estudou e produziu um papel sobre todos os modelos da Lei de Programação Militar e ofereceu os seus serviços, como outros bancos também o fizeram.

O negócio tinha uma componente financeira altamente motivadora e apresentava um modelo que era inovador. Julgo que a própria construção do modelo era suficientemente bem estudado e montado e aplicava-se pela primeira vez — aliás, na reunião dos ministros de Defesa da União Europeia, consegui sustentar a ideia de que todos os ministérios de Defesa da União Europeia deviam adotar financiamentos deste tipo e que o Eurostat consentiria que estes modelos de financiamento pudessem ser configurados para efeitos do défice e cheguei a ter votação favorável de todos eles, sendo que houve vários países que adotaram o mesmo modelo que foi feito em Portugal.

Portanto, é natural que todo o sistema bancário, que estava a estruturar-se em torno de bancos de investimento, sobretudo bancos de investimento, tivesse seguido este modelo de investimento com algum interesse.

Julgo que se os Srs. Deputados puderem obter do Tribunal de Contas o relatório que está feito — e não sei se já tem ou não o acórdão proferido —, sobre os custos para o erário público do financiamento deste modelo, será muito interessante, porque o resultado não é negativo; o resultado até é positivo e, aliás, julgo que chega à conclusão que o financiamento deste modelo resulta não sei se em um se dois pontos base abaixo do *yield* médio da taxa de juro dos empréstimos de financiamento da dívida pública.

O Sr. **Presidente**: — Penso que já temos esse relatório no acervo documental da Comissão.

Queria prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Para terminar, só queria perceber esta relação da Escom com o Governo, com o Estado, nestes negócios, porque acho que ela é importante ser esclarecida, até pelo papel que a Escom tem na estruturação do nosso sistema económico hoje em dia.

Portanto, repetirei algumas perguntas e pedia-lhe, por favor, que as aprofundasse: que seja do seu conhecimento, desde quando é que a Escom mantinha relações com o Governo sobre este processo dos submarinos, porque sabemos que a relação do grupo alemão com membros do Governo vem de longe, porque este processo vem de longe? A Escom sempre foi o intermediário deste grupo? É possível olhar para trás e dizer: «Bom, estas conversações começaram nesta altura...»?

Por outro lado, quero perguntar-lhe em que outros processos ou negócios a Escom estava envolvida, qual foi o papel da Escom na definição das contrapartidas e, sobretudo, se teve ou não algum papel, e qual é a sua avaliação, no desastre que foi a execução das contrapartidas, inclusivamente para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Portanto, se a Escom teve ou não um papel nisto e como é que justifica o desastre.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, o desastre é um desastre industrial. A não execução das contrapartidas dos submarinos na nossa indústria de construção naval, não tenho dúvidas nenhuma em afirmar e estou disponível para o discutir, é de uma dimensão histórica de perda de valor, de perda de capacidade industrial, de perda de

qualificações, de destruição de oportunidades históricas de, efetivamente, ter Portugal a funcionar com estaleiros de construção naval.

Todavia, julgo que vale a pena volta atrás porque, apesar de tudo, houve sucesso em alguns dos programas, como seja o das lanchas de fiscalização. As lanchas de fiscalização foram construídas, estão a navegar, são lanchas portuguesas, é conceção portuguesa, é indústria portuguesa, é a soldadura portuguesa, é tudo português!

Sobre o programa de construção dos chamados patrulhões, se não tivesse sido interrompido e não tivesse sido retirada a qualificação de indústria de construção militar aos Estaleiros, nunca se teria levantado o problema da infração às normas de subsidiação da União Europeia, porque, sendo estabelecimento militar, ao abrigo do artigo 230.º do Tratado de Roma, o programa de construção dos patrulhões poderia ser sempre financiado pelo Orçamento do Estado.

A construção dos patrulhões estava no Orçamento do Estado. A construção dos patrulhões, se tivesse sido executada e também se não tivessem existido erros de fabrico em alguns dos patrulhões, teria permitido ter dado a volta aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo em tempo útil. O que se passou depois é desastre sobre desastre.

Sobre desde quando é que a Escom patrocinava e comissionava a intermediação no programa com o consórcio alemão, porque não era só uma empresa alemã, isso não sei. Enquanto fui Ministro, era a Escom que patrocinava, representava, estabelecia-se, correspondia-se com o ministério, respondia às interpelações que eram feitas durante o concurso e, portanto, assumia um protagonismo de representação com mandato para o fazer típico dos mandatos que são conferidos aos bancos de investimento para assegurarem o financiamento das operações.

Portanto, o interesse da Escom era também indireto, porque era também o interesse do BESI e, portanto, o BESI gostaria de participar, como julgo que acabou por participar, na panóplia de 10 bancos que vieram a financiar o modelo — aliás, a CGD também interveio e todos os bancos, praticamente, intervieram neste financiamento.

Quando é que se definiram as contrapartidas? Isso a Sr.^a Deputada fará o favor de perguntar ao Sr. Ministro Paulo Portas, porque foi ele quem decidiu nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Como a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua não pretende colocar mais questões, passo, agora, a palavra à Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro, que dispõe de 10 minutos.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Saúdo, desde já, o Sr. Dr. Castro Caldas e inicio a minha intervenção fazendo um pouco o balanço das audições realizadas até ao momento, ainda que numa fase inicial desta Comissão de Inquérito.

Já ouvimos os Chefes do Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas e hoje de manhã o Dr. António Vitorino e em todas as audições foi unânime o entendimento de que a decisão de aquisição de equipamentos militares é uma decisão política, com o que todos os que estão nesta sala também concordam.

Mas o que se pretende aprofundar nesta Comissão de Inquérito é o porquê, o quê e a forma como foram feitas estas aquisições, face às dúvidas existentes quanto à defesa do interesse público aquando da aquisição destes equipamentos.

Enquanto o Dr. Castro Caldas foi Ministro da Defesa Nacional, entre outubro de 1999 e julho de 2001, foram dados passos significativos na

abertura do concurso para aquisição da frota de submarinos, necessidade que era reconhecida desde 1994, ou seja, era premente a modernização de capacidade submarina portuguesa, e o Dr. Castro Caldas chegou mesmo a dizer no seu discurso durante as comemorações do aniversário da Marinha, em maio de 2001, que, caso a Lei de Programação Militar não fosse aprovada a Marinha estaria próxima do grau zero naval.

E disse-o porque a frota, em 2001, ainda não tinha sido renovada e o prazo de vida dos submarinos Albacora já tinha sido ultrapassado.

As questões que quero colocar-lhe, apesar de já nas suas intervenções anteriores ter aberto um pouco o véu sobre este assunto, prendem-se com o seguinte: quantos submarinos pretendiam adquirir nesta altura? Creio que na sua intervenção já se referiu a três, mas eu gostava que voltasse a confirmar.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, efetivamente, o modelo e o desenho operacional para a frota de submarinos que me era indicado como sendo adequado era de três submarinos, ou seja, um está em fabrico enquanto os outros dois estão em operação.

As equipagens que existiam eram treinadas e prontas para poder operar os três submarinos e se houvesse necessidade de entrar em operações é o modelo estrategicamente adequado para a utilidade de uma frota de submarinos.

Portanto, sustentei a necessidade dos três submarinos. Não conheço as razões que não sejam, porventura, um argumento de natureza orçamental que levaram o Ministro Paulo Portas a dizer que não é possível, porque é uma arma tão cara, tão cara, tão cara que não temos capacidade para poder adjudicar a construção dos três submarinos aos estaleiros de Kiel.

Devo dizer que o argumento que é uma arma muito cara, que foi utilizado, praticamente, como arma de arremesso contra todos os ministros que nesta matéria sustentaram esse sistema de armas, é uma falácia, porque o que interessa é também fazer as contas ao ciclo de vida da plataforma, verificar quanto é que custa a manutenção do ciclo de vida da plataforma e, então, eu direi que a corvetas da classe João Belo são uma plataforma que tem um custo de tal forma insuportável que o melhor é encostá-las imediatamente e não as deixar sair para o mar...

O meu modelo e a minha defesa, digamos, o meu casamento com a ideia estratégica do Estado-Maior da Armada da altura, era, de facto, a redução dos custos de operacionalidade em termos de energia, em termos de custo de mão-de-obra, em termos de subsídio de embarque. E isso funcionava com o quê? Funcionava com as lanchas de fiscalização costeira, as lanchas rápidas, as que podiam ser postas à disposição de uma autoridade marítima, com as lanchas de fiscalização oceânica que casavam com a operacionalidade dos submarinos e que reduziam os custos operacionais.

Portanto, eu disse nesse discurso que a Marinha entrava no grau zero. Então, o que direi eu hoje?! O que direi eu hoje?!... Em que situação se encontra a Marinha?... E não sou um militar que gostaria de ver a Marinha... Mas como é que Portugal pode subsistir como Nação, pretendendo ter uma prerrogativa de controlo do mar territorial que lhe cabe nos tratados internacionais, se não dispuser destas plataformas que eu concebi na Lei de Programação Militar?

Suspendeu-se o programa de construção dos patrulhões. A suspensão do programa de construção de patrulhões torna, em caso de conflito, o equipamento naval português totalmente inoperacional.

Fui eu que levei a fragata Vasco da Gama para Díli, fui eu que tomei essa decisão. É a decisão estrategicamente mais insensata que alguma vez se pode ter tomado, porque se houvesse guerra não chegava lá e nem tínhamos maneira de a defender. Se houvesse guerra a sério, como é que se desloca uma fragata sem uma flotilha de submarinos ou uma flotilha de proteção? No entanto, a afirmação da fragata Vasco da Gama em Díli ainda hoje é um esplendor histórico, ou seja, o que os marinheiros da fragata fizeram em Díli.

Este programa, se a Sr.^a Deputada quiser que eu o percorra, era um programa de consenso nesta Câmara, entre todos os partidos — do Partido Comunista ao PSD —, porque eu tive o cuidado de obter o consenso de toda a gente sobre esta matéria. Há, inclusivamente, uma frase de um Deputado do Partido Comunista, que, virado para mim, aqui, em Comissão, disse: «Sr. Ministro, porra! Construa os patrulhões!». Estávamos todos de acordo, havia consenso nesta matéria.

O Sr. **Presidente**: — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras iniciais do orador.*

... de inspiração Alqueva.

Risos.

Pode prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Como iria então ser realizada esta aquisição? Através de locação? Era esse o modelo de financiamento de que tanto tem falado e que tanto defendia?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Era, era esse o modelo. Dir-me-ão hoje que o modelo é altamente criticado, mas no discurso em que apresentei também a Lei de Programação Militar e em que expliquei as razões por que é que isto é feito, disse: «A Lei contém indicação (...) de utilização de meios financeiros que tornam possível, em tempo aceitável, a aquisição de um conjunto básico de equipamento, capaz de providenciar as capacidades fundamentais para as Forças Armadas. Claro que se está em face de um compromisso entre tempo e meios, e não seria possível encarar os meios propostos, em tempo oportuno, sem recorrer a dispositivos financeiros específicos. A alternativa seria resignar-nos aos conceitos clássicos de despesa pública, adiando a modernização das Forças Armadas, frustrando expectativas justamente criadas e vulnerabilizando a posição portuguesa (...) nas alianças onde se integra.

Podemos antever também as consequências negativas para a indústria nacional (...). Esta proposta não pode deixar de ser apreciada também face à importância económica que dela deriva». E depois, no fim, quando eu expliquei, efetivamente, como é que funcionava, dizia aos Srs. Deputados que, politicamente, estávamos a optar por um modelo em que as gerações no poder empenhavam as gerações futuras, porque, efetivamente, as rendas só se começavam a vencer a partir de 2005. Portanto, o que eu dizia, é verdade, era que envolvemos o futuro na nossa proposta, mas planear é exatamente preparar o futuro.

É verdade também que, nesse futuro que pretendemos tornar mais seguro, os jovens portugueses utilizarão esses meios. E nesse futuro seremos chamados a afirmar que esses meios são a nossa identidade nacional, mas é precisamente neste presente que se projeta o futuro, para que não se tenha, um dia, face a contingências, de reagir à pressa e inopinadamente às circunstâncias.

Eu não quereria ver nunca Portugal confrontado com uma situação em que se pudesse dizer: «olha, o milagre de Tancos!». O que foi o «milagre de Tancos»? Foi uma balbúrdia! Foi chamar aqui ao Parlamento o chefe militar encarregado de fazer a formação do CEP (Corpo Expedicionário Português) em Tancos, e perguntarem: «quantos portugueses é que vão morrer nessa guerra?» E ele respondeu, com uma displicência absolutamente inacreditável: «podem morrer mais de 6000 num dia!» É que não havia nem armamento, nem equipamento, não havia nada!

Portanto, a obrigação de um Ministro da Defesa Nacional é obter o consenso político dos seus representantes, criar um programa que seja um programa que tenha um racional aceite por todos e que isso seja, efetivamente, um maior contributo da indústria nacional. Porque os portugueses tinham-no na construção naval!

E, já agora, Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe, porque fui eu quem batizou algumas das lanchas — até demos a uma lancha o nome de uma Deputada desta Casa, que foi lá e a batizou —, que as lanchas foram feitas nos estaleiros portugueses, tudo com equipamento português, com orgulho, porque os navios navegavam, aquilo funcionava, são as lanchas de fiscalização. As lanchas de fiscalização fomos nós que as fizemos, estão aí.

Agora, dir-me-á: «foi desfeita a EMPORDEF porque a EMPORDEF não tem meios financeiros para pagar a dívida que está inscrita no seu orçamento». Então, e os equipamentos onde é que estão? Que argumento demagógico este, o de dizer que temos dívida! Pois temos, mas também temos os equipamentos!

E o preço dos equipamentos está correto ou não está? Estão feitas as contas, é possível apurar, não houve erro financeiro no modelo de

financiamento. O modelo de financiamento foi aceite por toda a gente, toda a gente esteve de acordo.

É preciso que tenhamos a noção que, na altura, foi o que foi possível fazer. É a ideia que tenho, posso estar enganado, posso ser criticado. Digam-me agora: «os modelos de patrulhões que os arquitetos navais portugueses fizeram tinham defeitos». Tinham, sim senhor. O poço tinha defeitos mas havia tempo de os corrigir e não era preciso ir à procura de equipamentos nacionais civis para poder substituir a força de construção. O programa era exequível. Precisava de ter controlo, boa gestão, acompanhamento desta Casa, porventura que esta Comissão verificasse, atempadamente, os fluxos de trabalho na construção dos equipamentos, e talvez a catástrofe não tivesse acontecido.

Agora, vamos às lanchas, porque as lanchas, porventura, é a única coisa que podemos ainda fazer».

Havia quatro lanchas de fiscalização costeira para a Marinha. Foram construídas duas nos Estaleiros do Mondego, com financiamento da União Europeia, e as restantes duas foram construídas no Arsenal do Alfeite. O programa vinha de trás e só foi possível fazê-lo porque eu fui capaz de mobilizar as verbas do PIDDAC (porventura, os Srs. Deputados ainda se lembram o que eram as verbas do PIDDAC), em articulação com o Ministério do Ambiente, para que, com a fiscalização costeira que estas lanchas faziam, pudessem ser consideradas lanchas de funcionalidade multiusos, civil e militar.

Quanto ao ajuste direto dos dois navios patrulha oceânica e do navio polivalente logístico, o navio polivalente logístico ficou completamente arquivado, no tinteiro. Cheguei a visitar os estaleiros holandeses, para verificar os requisitos do Roterdão, e verifiquei que poderíamos entrar num sistema de fabrico com os estaleiros galegos e ter um navio polivalente

logístico que, pela primeira vez na história das ligações entre Portugal e Espanha, poderia ser uma plataforma utilizada pelas duas nações e, inclusivamente, só com uma hélice de substituição, porque o navio era um navio-hospital, que poderia acorrer a catástrofes. Articulei o programa com o Chefe do Estado-Maior da Armada espanhol, chegámos a acordo em que navio polivalente logístico poderia ser utilizado nas forças operacionais conjuntas da União Europeia, quer pelas forças espanholas, a Marinha espanhola, quer pela Marinha portuguesa, mas ficou tudo «em águas de bacalhau». No navio polivalente logístico nada foi feito, creio eu, para além do projeto.

O navio de combate à poluição, sim. O navio de combate à poluição tinha o projeto pronto, era preciso construí-lo. O desastre do *Prestige* veio a demonstrar a falência absoluta do Ministério do Ambiente português e do Ministério do Ambiente do Governo galego em matéria de equipamentos capazes de combater aquela estratégia. Mas as rubricas estiveram inscritas no Orçamento do Estado e havia dinheiro para o construir. E é preciso construí-lo, Srs. Deputados. Mesmo que não haja dinheiro para outras coisas, é preciso construí-lo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro**: — Quanto ao modelo de financiamento, digolhe que tenho algumas dúvidas que tivesse consenso, porque tive o cuidado de ler a discussão do Orçamento do Estado de 1999, em dezembro de 1998, e não havia esse consenso.

Passo, então, a outra questão. Alguma vez recorreu a serviços de consultadoria externa para a tomada de decisões enquanto Ministro da Defesa?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sim, sim, recorri, sim. Recorri a consultores externos ao Ministério, de natureza tecnológica, de engenharia, sobretudo de plataformas de sistemas informáticos, e recorri a serviços jurídicos de gabinetes de advogados.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Poderá, então, dizer-me quem decidiu que, em caso de incumprimento do contrato de aquisição dos submarinos, o mesmo seria verificado num tribunal arbitral?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Julgo que todos os contratos de financiamento deste tipo mantinham cláusulas arbitrais. Todos eles mantinham cláusulas arbitrais. Mas se a cláusula está bem redigida ou mal redigida, não sou capaz de lhe dizer, porque o contrato não foi vistoriado por mim. Se eu o tivesse redigido, posso garantir-lhe, Sr.^a Deputada, que a cláusula de compromisso arbitral estaria bem redigida.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Em abril de 1999, face ao insucesso da política de contrapartidas, o Governo, à época, decidiu criar a Comissão Permanente de Contrapartidas, que tinha como missão fiscalizar a execução dos projetos de aquisição de equipamento militar. Em junho de 2000, foi aprovado o regulamento e a composição da Comissão Permanente das Contrapartidas. Era o Dr. Castro Caldas Ministro da Defesa Nacional. Esta Comissão nunca funcionou eficazmente, uma vez que só se reuniam

periodicamente; era constituída por representantes institucionais, não conseguindo fazer o acompanhamento eficiente da execução dos contratos de contrapartidas.

Por isso, pergunto-lhe: em sua opinião, acha que a criação desta Comissão veio colmatar o insucesso da política de contrapartidas existente à época?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor, para responder.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Eu respondo.

Sr.^a Deputada, fazer política é fazer compromissos. Portanto, a decisão de nomear o Eng.^o Torres Campos para Presidente dessa Comissão é fruto de um compromisso político. Se me disserem: «mas você defendeu publicamente, em vários sítios e em vários discursos, que só deveria haver *offsets* diretos na indústria militar, e que os *offsets* indiretos eram altamente censuráveis». É verdade que eu defendi isso e fui muito atacado pelas associações patronais. E todas elas, escuso de indicar alguma, acompanhavam estes contratos de contrapartidas com especial carinho e, portanto, tinham uma intervenção e, digamos, uma atividade de *lobbying* muito importante, sobretudo quando os *offsets* eram indiretos — e falo dos *offsets* indiretos que foram espalhados pela indústria automóvel e falo nos *offsets* indiretos que foram espalhados na indústria de moldes e que foram espalhados, sobretudo, para os sistemas informáticos.

Devo dizer que hoje, se fosse eu a decidir com o poder total, sem compromissos políticos, nunca teria feito *offsets* indiretos. Não faria *offsets* indiretos. Era o modelo industrial da construção daquele equipamento e aquele equipamento teria de ter uma componente de fabrico português. Mas foi assim, é a história, é a política.

Resultou em alguns casos, e se verificar que existe, neste momento, uma ampliação da capacidade industrial portuguesa no que diz respeito às plataformas de *software* de aplicação multiusos, quer seja nas plataformas navais, quer aeronáuticas, isso é fruto de algumas contrapartidas que foram executadas e controladas no domínio dessa Comissão de Contrapartidas.

Dir-me-á que o papel da INTEL, nessas contrapartidas, está hoje documentado na desgraça que foi o julgamento da ACEI (julgo que é assim que se chama), e que o Estado perdeu, e, no meu entender, perdeu bem, porque não tinha razão. Mas contribuiu para a formação de valor, contribuiu para o aparecimento de capacitação portuguesa, contribuiu de tal forma que quando hoje olhamos para um modelo que se os Srs. Deputados quiserem discutir comigo eu também o discuto, porque é um motivo de orgulho, que é o projeto do KC-392, a capacidade instalada em matéria de *software* e de plataformas é portuguesa — são portugueses e é gente que sabe o que faz.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Algo que também é importante para nós percebermos, tal como para todos os portugueses e que é muitas vezes invocado, é saber porque é os contratos de contrapartidas eram só negociados após a efetivação dos contratos de aquisição. Esta é uma dúvida que muitos de nós têm.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — E com toda a razão, Sr.^a Deputada.

Eu nunca deixaria um contrato de contrapartidas para trás. Se, efetivamente, o contrato principal está assinado, seria eu a assinar o contrato de contrapartidas, depois do contrato principal já estar assinado?! Eu ficava com o pacote. Deve ser tudo assinado ao mesmo tempo. Digamos que é preciso alguém que saiba da arte. Se está logrado o objetivo negocial, só depois é que os advogados vão começar a meter vírgulas nos contratos de contrapartidas, a pôr reservas, a alterar, a deixar arrastar e tudo isso?! Tem de ser tudo assinado ao mesmo tempo.

Se me pedissem para assinar o contrato dos submarinos, assinaria tudo ao mesmo tempo, com certeza que assinaria tudo ao mesmo tempo, desde os modelos financeiros, ao próprio contrato de fornecimento e, no caso dos submarinos, exigiria que fosse um *offset* direto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Durante o seu mandato, alguma vez foi posto em causa o trabalho da Comissão Permanente de Contrapartidas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, peço-lhe que não me obrigue a puxar pela memória.

Houve, efetivamente, muitos «puxões de orelhas», houve muita interpelação, houve muita reunião em que queríamos saber como é que estava a ocorrer, o que é que se fazia, etc. Era motivo de grande preocupação. Devo dizer que era o deficiente modelo de estruturação da intervenção horizontal pelos diversos ministérios que levava à sua paralisia. Quando se convocava a Comissão com aquele número de membros que

tinha, porventura demorava mais tempo a ser feita essa convocatória do que a fazer o trabalho de verificação da execução dos programas.

Às vezes, vinham à decisão política despachos de conformação da execução do programa e havia negociações, com certeza que havia negociações.

Parte dos programas aeronáuticos, que depois foram executados na OGMA, são programas de grande sucesso industrial e de grande valor acrescentado para a OGMA. Se não fossem as contrapartidas que advieram das condições do programa de privatização e que constavam do contrato de privatização, com a obrigação de canalizar fabricos aeronáuticos, teria sido muito difícil para a atual OGMA poder ser o esplendor industrial que é hoje.

A OGMA, hoje, é uma *player* mundial. Já não é portuguesa, já não tem dimensão portuguesa, é uma *player* mundial. Tem uma capacidade de intervenção em todos os azimutes, pode receber aeronaves para serem tratadas de qualquer sítio do mundo e está a competir em qualquer sítio do mundo.

O desenvolvimento da indústria aeronáutica em Portugal é um dos objetivos industriais que todas as forças políticas devem ser obrigadas a configurar, porque é criador de emprego, porque é criador de valor, porque é criador de tecnologia, porque capacita e tem um modelo social de funcionamento que é quase de cogestão.

Devo dizer que, da minha passagem pelo Ministério neste curto período, levarei para a cova o facto de ter sido eu o conceptualizador do consenso político conseguido nesta Câmara em relação aos modelos que deveriam ser colocados na Lei de Programação Militar.

Sob o ponto de vista do financiamento, foi também no meu Ministério que foi possível encontrar um modelo sem nos socorrermos do

endividamento em dívida pública. A União Europeia considerou que esse tipo de financiamento poderia ser adequado, respeitava o Tratado de Roma e os limites de endividamento do mesmo modo, porque as rendas que se pagavam eram fixas, tinham o valor equivalente ao da dívida pública e eram suscetíveis de serem calendarizadas em ciclos industriais superiores ao ciclo de vida do próprio programa da Lei de Programação Militar. Programámos a 25 anos; portanto, acho que é preciso reconhecer politicamente que foi possível programar com consenso a 25 anos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Ainda quanto aos contratos de contrapartidas, não foram só negociados na questão dos submarinos, foram negociados em mais situações, como em outros programas de aquisição de equipamentos...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Encurto e digo já: esses correram bem! Os programas da lancha de fiscalização correram bem. O Programa Cooperativo Internacional NATO sobre o helicóptero NH-90, a cargo da NAHEMA (Agência de Manutenção de Helicópteros da NATO), foi cancelado e, a meu ver, censuravelmente, porque era um programa cooperativo que nos permitia manter tecnologicamente a lanterna da renovação e, simultaneamente, ter uma panóplia de decisão que nos poderia levar a escolher o equipamento de helicópteros que queríamos. Um helicóptero com estas características e construído em termos de *birth*

sharing e *cost share* serviria ou não serviria para a Força Aérea portuguesa?

As contrapartidas que ficaram emergentes, mais tarde, do helicóptero de busca e salvamento, ou seja, do EH-101 acabaram por ficar na OGMA depois de uma enorme conflitualidade, depois de um enorme esforço, depois de ser obrigatório decidir que o polo industrial com mais de 90 especialistas em matéria de helicópteros que estava constituído na OGMA e que era um dos desígnios da privatização da OGMA, tinha de ser utilizado no *refitting* dos helicópteros.

Para vos dizer qual a capacidade industrial instalada em Portugal, diria que a operação francesa feita no Chade só foi feita porque levámos 101 engenheiros portugueses, que estiveram no teatro de operações a fazer, no ato, a construção da atrição, na base de *refitting* dos helicópteros Puma franceses. Os franceses não tinham capacidade tecnológica para substituir o equipamento no sítio e no teatro das operações. Ou seja, a engenharia portuguesa atuou em situações de combate, está adaptada a fazê-lo em áreas de teatro de operações. Isto foi feito porque houve contratos de contrapartidas emergentes dos helicópteros. Ficou lá o que se conseguiu fazer.

Portanto, neste caso, houve sucesso, mas noutros sítios não houve. Lamentavelmente, hoje sei que o falhanço nas contrapartidas dos submarinos é uma catástrofe industrial, de desindustrialização.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Há pouco, não me deixou terminar, mas queria mencionar que muitos dizem que grande parte das dificuldades no acompanhamento dos contratos de contrapartidas também passa por

uma questão relacionada com as plataformas informáticas. Enquanto existia uma plataforma informática para o acompanhamento da execução financeira, o mesmo já não acontecia com o acompanhamento da questão material.

Durante o seu mandato, deu continuidade à decisão de adquirir — e já o disse — um lote de dois helicópteros destinados a operar no âmbito do sistema de fiscalização e controlo das atividades de pesca e um outro lote de 9 a 12 helicópteros para missão de busca e salvamento, os helicópteros EH-101.

Uma vez que não revogou o despacho de 24 de agosto de 1999, do seu antecessor, e era uma situação que estava reconhecida na Lei n.º 50/98 e na Lei Orgânica n.º 5/2001, que o Dr. Castro Caldas queria tanto que fosse aprovada pela Assembleia da República, nestes dois programas estava explícita a necessidade de substituição da frota de helicópteros Puma.

Pergunto: teve conhecimento das propostas que estavam a ser negociadas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Gostaria de precisar que propostas é que estavam a ser negociadas. Ou seja, se era para fazer retirar o Programa Cooperativo Internacional NATO e não o fazer, o NH-90, a cargo da NAHEMA, não o revoguei. Repito, não revoguei esse Programa Cooperativo.

De facto, manteve-se em aberto esse Programa Cooperativo sabendo que, inclusivamente, houve incumprimento da parte portuguesa no *birth sharing* do financiamento deste Programa e houve grande discussão entre o

Ministro e a chefia da Força Aérea em relação à escolha que foi feita do helicóptero EH-101. Eu era contra. Repito, eu era contra. Achava que Portugal não tinha condições para ter aquele Rolls-Royce, que era uma coisa caríssima, uma coisa caríssima, inclusivamente com contas de operação que não estavam feitas... O facto de não terem sido feitas as contas exatas do custo da operação dos helicópteros, a meu ver, deveria ter levado à negociação e à não adjudicação deste tipo de helicóptero.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Já respondeu um pouco à questão que lhe iria colocar agora. Percebi que discordou quanto à aquisição destes helicópteros e pergunto por que é que houve a decisão — e se puder dar mais algum contributo — de adquirir estes helicópteros tão dispendiosos, em vez de outro tipo de helicópteros?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Foi o meu sucessor que tomou essa decisão.

Obviamente que, conversando com ele, lealmente, lhe disse que foi uma decisão tomada sem ter assegurado a manutenção, os contratos de manutenção, e sem ter assegurado — a meu ver, de uma forma também imponderada — que competiria à OGMA, no caso de subsequente atribuição do *cluster* aeronáutico às indústrias aeronáuticas sitas em Alverca, todos os fabricos de substituição dos helicópteros, não deixando nascer como cogumelos — porque foi o que aconteceu posteriormente, isto já não é do meu mandato, é conhecimento posterior de coisas que me

vinham contar —, por impulsos interesseiros quanto à localização das oficinas que deveriam fazer a manutenção destes helicópteros noutros sítios, outras empresas interessadas em fazer a manutenção. Aliás, genuinamente interessadas, porque são estes os seus objetos de comércio.

Portanto, havia, efetivamente, ausência de critérios de orientação política, criteriosamente definidos, no que diz respeito à manutenção destes helicópteros. Omissão, vazio, não só vazio regulamentar, como vazio legislativo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — O que me está a dizer agora é que não foi no seu mandato que houve a decisão do Estado português de celebrar um contrato de prestação de serviços de manutenção, que assegurava a conservação e a reparação dos 10 helicópteros com a DEFLOC. Foi isto que me acabou de dizer?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Repare que a DEFLOC é a empresa-veículo, mas depois tem de haver as peças e a Agusta é que era a dona do equipamento. Portanto, era preciso haver o acordo com a Agusta para sustentar a operação dos equipamentos. Este é que é o problema, porque depois não havia dinheiro para encomendar à Agusta os rotores, etc., e era preciso canalizar os helicópteros. Isto é que não foi assegurado, no meu entender, mas deveria ter sido. Esta negociação deveria ter sido assegurada.

Depois, é muito difícil, com empresas com o poder que, na altura, tinha a AgustaWestland, que é um poder que ultrapassa, muitas vezes, o poder dos Estados, negociar honradamente o preço justo de um contrato de manutenção. É evidente que está numa superioridade negocial, estratégica, total. Já vendeu o equipamento, isso está assegurado, agora é só irem pagar as peças ao preço que a empresa quiser. Foi isto que aconteceu. Foi um sufoco na Força Aérea.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Mas penso que a DEFLOC nunca teve capacidade para fazer a gestão, nem dos contratos de manutenção, nem mesmo da gestão do contrato de locação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, isso já não sei porque não se passou no meu tempo. Que tinha condições para o fazer, tinha; que o devia ter feito, também; que a conceptualização estava correta no meu entender, também, até racionalmente me demonstrarem o contrário. Depois, se as pessoas são fracas na execução das diretivas, isso é um juízo que se faz acerca da capacidade operacional das pessoas.

Agora, se dão a missão à DEFLOC de assegurar a manutenção e depois, de repente, não têm contrato de manutenção com a AgustaWestland, as pessoas também não fazem milagres!...

Portanto, havia uma debilidade institucional na maneira como este equipamento foi posto ao serviço das Forças Armadas. É evidente que o equipamento é ótimo, Sr.^a Deputada. Eu, naquele helicóptero, não tenho

medo de entrar e já tive experiências de voar em helicópteros com o «credo na boca», designadamente na Bósnia, em helicópteros comandados por pilotos ucranianos e também voavam, embora à vista, sem sistema de voo... Nestes, não! Estes vão aos Açores e voltam, fazem busca e salvamento no meio de uma tempestade atlântica, não tenho qualquer dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Não estava a pôr em causa o equipamento em si. Como disse logo no início da minha intervenção, às vezes, é a forma como depois estas aquisições foram feitas. Existem debilidades, comprovadas por um relatório do Tribunal de Contas, na aquisição deste equipamento, especialmente nos contratos de manutenção.

Outro facto mencionado nesse relatório do Tribunal de Contas é que não foi prevista contratualmente a criação de uma missão de acompanhamento e fiscalização, e isso é muito estranho.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Já não é do meu tempo!

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Já não é do seu tempo...

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Castro Caldas, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostaria de cumprimentá-lo e dizer-lhe que o acervo de perguntas e respostas que neste

momento já fazem parte das atas da Comissão dispensam-me de formular algumas perguntas.

No entanto, gostaria de sublinhar que todos temos consciência que, no que diz respeito à aquisição do equipamento submarinos, há um inquérito em curso e já há arguidos constituídos, e no que diz respeito às contrapartidas estamos em fase de recurso.

A sentença da 1.^a instância da 6.^a vara criminal ainda não transitou em julgado e, porventura, ainda mais importante, houve uma renegociação do contrato de contrapartidas e, portanto, há uma espécie de *reset* do contrato, que, aliás, teve efeito sobre o processo em julgamento, e, portanto, não é esse o objeto da nossa inquirição. Também não estamos a fazer uma inquirição ao maior ou menor sucesso dos programas de criação de *clusters* industriais militares, naval, aeronáutico, *software*, etc.

No que diz respeito à inquirição, os nossos quesitos estão a orientar-nos quanto à defesa ou não do interesse do Estado, isto é, os montantes gastos, as circunstâncias em que tiveram lugar as compras, etc.

Ora, isto leva-me à questão da Lei de Programação Militar. O contexto em que a Lei veio a ser apresentada foi o do tormentoso ano de 2001. Eu era Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, lembro-me bastante bem desse debate, em que fui, aliás, forçado a intervir involuntariamente para clarificar que o objeto do debate era a Lei de Programação Militar e a presença do Ministro das Finanças era dispensável, uma vez que a proposta de lei tinha sido aprovada em Conselho de Ministros e, portanto, tinha sido obrigatoriamente objeto da intervenção do Ministro das Finanças.

A verdade é que quem interveio em nome do PSD foi a ex-Deputada Manuela Ferreira Leite, que se dirigiu ao Ministro da Defesa Nacional considerando que a proposta apresentada era a maior provocação alguma

vez feita pelo Governo à Assembleia da República por não haver memória — nessa altura era uma memória curta e feliz — de algum governo ter tido a ousadia de ter pedido o reequipamento das Forças Armadas naqueles termos.

Dizia ela que aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro veio pedir à Assembleia da República foi que queria reequipar as Forças Armadas, havia necessidade disso, todos estavam de acordo, mas não tinha dinheiro e, como não tinha dinheiro, propunha que se pagasse em 35 anos, em prestações, em condições financeiras verdadeiramente inaceitáveis, com taxas de juro inaceitáveis e inimagináveis, etc., etc., etc..

Portanto, o caminho da Lei de Programação Militar foi duro e só viemos a ter Lei depois, em novembro de 2001, já com o Governo à beira da demissão, depois das eleições autárquicas de dezembro desse mesmo ano, e o Primeiro-Ministro da altura alegou a necessidade de evitar o tenebroso pântano. Portanto, foi neste contexto que tudo aconteceu e não estamos a inquirir isso.

Verdadeiramente, o que gostava de lhe perguntar, depois de ter ditado para a *Ata* tudo o que já registou, é se podia aprofundar um pouco mais e dizer-nos se teve alguma intervenção naquela fase de acompanhamento dos trabalhos da comissão de avaliação. Julgo que já não teve conhecimento do relatório final da comissão de avaliação, que é datado de julho de 2001.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Já não. Vim a tomar conhecimento dele mais tarde, mas, de facto, não acompanhei.

Sr. Deputado, ainda bem que me lembrou esse clima tormentoso, o que significa que a Sr.^a Deputada que há pouco me interpelou acerca do consenso acabou por não me rememorar efetivamente...

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registrar as palavras da oradora.)*

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Não, não! Havia consenso sobre a Lei, não havia consenso sobre o modelo de financiamento, porque era inovatório, mas depois o modelo posteriormente foi adotado, e foi-o para muitos outros objetos que não eram de interesse público, salvo se se quiser dizer que as autoestradas têm um interesse público equivalente ao equipamento militar ou que, efetivamente, os termos de conceptualização dos custos e dos encargos não eram aquilo que a ex-Deputada Manuela Ferreira Leite, nessa intervenção catilinária contra mim — foi uma intervenção catilinária mas que não fez diminuir a amizade que tenho por ela —, configurou, porque veio a verificar-se que, efetivamente, os encargos saíram mais baratos do que se tivessem sido com endividamento e recurso aos chamados mercados, que hoje impõem a formação das taxas de juro.

Hoje, historicamente, fez bem o Sr. Deputado José Magalhães em lembrar esse fatídico ano de 2001, o fatídico ano do pântano, mas, ao mesmo tempo, o talento político que levou os Deputados que tiveram responsabilidade na aprovação desta Lei a tê-la conseguido fazer aprovar naqueles moldes e com aquele orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — O segundo aspeto, concatenado com este, é a forma como se deu execução a um dos objetivos fundamentais e a uma das prioridades que depois vieram a ser consagradas na Lei, na

continuidade, aliás, daquilo que era uma opção estratégica da anterior lei e que o Dr. António Vitorino tinha mantido, com preocupação de abertura, que é a própria avaliação das propostas para conseguir uma boa oferta final de ambos «os concorrentes».

Ora, é em relação a esse processo de decisão que eu gostaria de lhe perguntar se consegue ser um pouco mais pormenorizado. Aludiu à atividade da comissão que produziu o relatório final de avaliação, o qual tem como característica o facto de colocar como proposta n.º 1 a proposta do concorrente francês, e isso tendo em conta um conjunto de fatores que são analisados de forma densificada no relatório.

Aparentemente, esta linha de avaliação não tinha a concordância do Ministro, se eu bem interpreto a descrição que fez em relação ao processo tecnológico francês e à sua própria visita de investigação, no fundo, feita ao Chile.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — É verdade. Um ministro que chega ao Ministério da Defesa e encontra uma montanha de documentos de carácter técnico que tem dificuldade em apreciar, chama especialistas que lhe dizem quais os defeitos e qualidades, mas fica sempre o senso comum das pessoas de questionarem sobre se estão a ser bem aconselhadas. Isto porque fica sempre a dúvida dos interesses que podem estar por detrás do aconselhamento técnico.

Portanto, eu tive efetivamente o cuidado de ir ver o que se passava com o Scorpène.

Só para aligeirar um pouco este tipo de intervenção, posso dizer-vos que estive na sala onde o Pinochet decretou o golpe de Estado e eles disseram-me: «Sr. Ministro, sente-se ali naquela cadeira, que era onde

estava o Pinochet». Respondi-lhes: «Por amor de Deus, nessa não me sentem, porque se pode pegar».

Mas, então, eles mostraram-me a debilidade tecnológica do submarino, o atraso do programa, a incapacidade técnica francesa de cumprir o *timetable* da construção do submarino. Aí eu pensei que se aquilo estava a acontecer no Chile e eles queriam demonstrar-me que o submarino era um submarino operacional, então, afinal, havia ali uns defeitos que os relatórios técnicos não me tinham demonstrado. Depois, tive oportunidade de analisar o articulado da ação intentada pelo concorrente preterido, a sua argumentação e a decisão e a sentença que veio a ser proferida, que lhe denegou ganho de causa.

Dessa minha apreciação, devo dizer que nunca fui ver como eram os submarinos alemães. E porquê? Talvez por preconceito, porque toda a história da Marinha alemã se fazia em torno dos submarinos.

Os submarinos foram, de facto, o início da II Grande Guerra e a capacidade tecnológica dos estaleiros de Kiel a fazer submarinos vinha demonstrada até naquilo que os próprios comandantes dos submarinos da frota portuguesa diziam que eram os submarinos alemães.

Depois, foi-me demonstrado que, efetivamente, pela solidez, pela insonorização, pelo sistema de propulsão, pelo sistema de ar, era efetivamente um produto tecnologicamente mais avançado.

A minha opção é não por um exame em relação ao modelo das contrapartidas mas por uma convicção formada por um decisor político que nada percebe de submarinos, que recebeu conselhos, ouviu as pessoas, tem senso comum, tentou ver quais seriam os depoimentos mais credíveis, observou.

Eu insistia que as soldaduras e a plataforma podiam ser construídas em Viana do Castelo e saí de Ministro convencido de que isso era verdade,

que as contrapartidas que eram oferecidas podiam aí ser executadas, na parte que dizia respeito à montagem e à soldadura, sobretudo do corpo central do submarino — podia e devia ser feito aí. Portanto, nunca cheguei a dar uma decisão política acerca do conteúdo do próprio contrato das contrapartidas.

Mais tarde, vim a tomar conhecimento, porque é público, está na imprensa e foi um elemento altamente perturbador do próprio processo penal, de que teria sido oferecida uma contrapartida não contemplada no modelo inicial, de natureza hoteleira e que essa contrapartida de natureza hoteleira poderia resolver o problema do incumprimento contratual das contrapartidas.

Hoje sabemos que é um enorme fiasco. Tive acesso a alguns dados desse processo, que são dados adquiridos no desempenho da minha profissão, que eu considero que estão abrangidos pela minha obrigação de reserva e não posso revelar, no que diz respeito àquilo que eu posso exprimir como sendo uma posição muito injusta do Ministério Público nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Em relação ao seu contacto com entidades representantes do consórcio, pergunto se esse contacto não existiu?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Com a German Submarine nunca, com a MAN Ferrostaal nunca. É evidente que contactos sociais aconteceram, mas as regras dos mandatos dos *procurements* são sempre assegurados nesta matéria e, portanto, o contacto era com a Escom.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Isso significa que também não teve qualquer contacto com o Sr. Jürgen Adolff, que entra em cena mais tarde?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — O Sr. Jürgen Adolff entra em cena mais tarde. Tive oportunidade de ler o extrato da sentença condenatória alemã — julgo que os Srs. Deputados também já o pediram e não sei se já o têm —, que é exemplar acerca da eficácia da justiça penal alemã. O que posso dizer é que também vim a tomar conhecimento mais tarde que foi oferecida uma proposta de acordo de reembolso pré-acusatória, ou seja, na fase de inquérito-crime teria sido possível utilizar a faculdade de prerrogativa, creio eu, do artigo 82.º do Código Penal, para obter uma negociação compositória que permitiria ao Estado português encaixar os montantes financeiros necessários para se poder considerar cumprido o contrato a troco de uma suspensão da pena.

Mas isso não foi levado avante, porque apareceu essa figura perturbadora do cumprimento das contrapartidas através do oferecimento do hotel.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Doutor, faço-lhe esta pergunta com alguma relutância, na medida em que estas inquirições, em princípio, devem versar sobre o exercício do mandato e o período relativo a esse exercício, pois ao contrário estaríamos a utilizar uma espécie de serviços de consultadoria gratuitos de elevada qualificação. Isso é manifestamente

abusivo, eu não irei por esse caminho e regressarei à questão da sua intervenção em processos.

Portanto, todos os contactos foram feitos com os representantes legitimados da Escom. A Escom teve alguma intervenção no processo de construção do modelo de Lei de Programação Militar, que veio a ser proposto através da proposta de lei n.º 70/VIII, ou não se pode dizer que isso seja rigoroso?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Não, Sr. Deputado! Pretendiam ter...! Pretendiam ter um *procurement* de procuradoria técnica para montar o próprio modelo financeiro, mas nunca lhes foi dado esse mandato e, inclusive, foi-lhes feito sentir a contradição de interesses que isso poderia evidenciar, ainda que os bancos, hoje, sejam muito ciosos e digam que têm *chinese walls* lá dentro e que os interesses não estão em contradição, mas, de facto, estavam em contradição.

Eles tinham *procurement* do interessado na realização de uma determinada obra e estavam a prestar determinado serviço e eu, como Ministro, limitei-os a isso no âmbito da procuração que evidenciavam... Eles tinham uma procuração para representar, eram eles que escreviam, eram eles que respondiam, eram eles que se encarregavam, inclusivamente, de fazer chegar ao Ministério tudo aquilo que entendiam que devia chegar ao Ministério em patrocínio das empresas e do consórcio que eles representavam.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Doutor, em relação ao equipamento submarinos, ficaria por aqui, mas em relação ao equipamento torpedos, também objeto de inquérito, posso dizer que, entre o início do processo e a sua consumação no XV Governo Constitucional, a questão dos

torpedos foi tratada sob o signo da urgência, isto é, havia um prazo de seis meses, fixado no próprio contrato, para fazer essa seleção com implicações, em caso de silêncio, e isso levou à escolha de um determinado fornecedor e não de outro, etc.

A minha pergunta é sobre se a questão do provisãoamento de torpedos no período em que o Sr. Doutor exerceu funções ministeriais teve alguma consideração, designadamente para evitar o chamado efeito de escolha de última hora, uma vez que, quando se discute com minúcia a configuração dos vários sistemas que compõem o *puzzle* complexo que é um submarino, a questão do armamento não é de somenos e a questão dos torpedos é uma questão central.

Portanto, a cláusula contratual está, ela própria, sujeita a escrutínio e, evidentemente, o Sr. Doutor não é o decisor adequado para ser perguntado sobre esta matéria, mas o que lhe pergunto é se esta questão no período de tempo da sua gestão foi considerada e em que termos é que o foi, porque isso é importante para perceber essa cláusula contratual.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr. Deputado, a minha memória diz-me o seguinte: tomei consciência da impossibilidade de ter torpedos fornecidos pelo contratante e que estes teriam de ser escolhidos de outra forma.

Não sei se a cláusula contratual, que estava nas primeiras minutas do contrato e que levava a uma decisão posterior da escolha do equipamento, é a mesma que eu vi ou se foi alterada, se foi modificada, se foi encurtado o prazo... Isso já não sei, porque isso já não é do meu tempo, é muito posterior, já é uma decisão do Ministro Paulo Portas; o que sei é que tentei negociar os torpedos com o Sr. Secretário de Estado da Defesa Bill Cohen.

Ele veio buscar-me no *Air Force One* e levou-me para a Louisiana; durante essa viagem fomos a discutir por que é que eles não me queriam fornecer gratuitamente os torpedos ao abrigo dos programas de cooperação militar. Comecei por ser uma espécie de tipo que entendia que me tinham de fornecer os torpedos gratuitamente e que podiam fazê-lo, porque tinham excedentes, tinham equipamento suficiente, e ele foi a viagem tentando convencer-me a assinar um MOU (Precise Guidan Missile). Segundo ele, seria muito mais útil ao sistema de armas português ter esse *MOU* e ter os mísseis nos F-16, que eles forneceriam, do que propriamente os torpedos, que não teriam interesse nenhum.

Esta conversa foi muito arrastada com todo o saber negocial que, normalmente, os anglo-saxões têm e eu, de facto, como também tinha todos os F-16 cegos, completamente, sem sistemas de armas, só serviam para andar a voar a fingir que tinham armas, assinei esse MOU (Precise Guidan Missile) e equipou-se, creio eu, uma das flotilhas com esse sistema de armas fornecidos pela força aérea americana.

Portanto, a recusa americana ao fornecimento de torpedos foi definitiva. Foi pura perda de tempo tentar que os torpedos nos fossem fornecidos gratuitamente, ao abrigo dos acordos de cooperação que tínhamos.

O Sr. **Presidente**. — Sr. Deputado José Magalhães, ainda dispõe de um minuto.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, estou a ponderar sobre se quero gastar esse minuto com a questão das contrapartidas, sobre as quais já foi formulada uma opinião por parte do Sr. Doutor, que julgo que está vazada em *Ata* de maneira que não precisa de reforço, ou se o

utilizarei noutra questão, nomeadamente sobre a menção que fez ao Sr. Almirante Cavaleiro de Ferreira.

Relativamente ao Sr. Almirante Cavaleiro de Ferreira, o Sr. Doutor utilizou a expressão «relatório» e eu pergunto-lhe: esse relatório teve que natureza? Foi um relatório dirigido ao Ministro? Com que circulação? Com que projeção?

É que sabemos que as condições da Resolução do Conselho de Ministros, a arquitetura decisional plasmada na resolução do Conselho de Ministros dava — e na versão final ainda veio dar mais — uma ampla margem de manobra de escolha, incluindo escolha contra o relatório final da Comissão de Avaliação e, portanto, o Ministro era senhor — como deve ser, aliás — de encontrar formas de aconselhamento, as mais diversas e as mais flexíveis, para ter um juízo a propor ao Conselho de Ministros sobre a matéria.

Então, pergunto-lhe: este relatório que natureza é que teve? Que impacto é que teve? Que circulação é que teve?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Corresponderia a funcionamento interno do meu Ministério... Sendo ele Diretor-Geral de Armamento, o mais natural é que eu o tivesse encarregue de me elaborar um relatório preparatório da decisão que devia ser tomada pelo Ministro para propor ao Conselho de Ministros.

Portanto, a minha memória o que me diz é que o meu Diretor-Geral de Armamento me preparou um relatório que sustentasse a decisão que, porventura, devesse ser proposta a Conselho de Ministros.

Tenho alguma documentação comigo, mas, infelizmente, esse relatório não tenho; suponho que o Almirante Cavaleiro de Ferreira

publicou na *Revista Militar* um muitíssimo bem elaborado artigo sustentando a qualidade e a necessidade da força de submarinos.

Portanto, aceitei a opinião do Almirante Cavaleiro de Ferreira como uma das opiniões justas que o Ministro devia ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, apesar de já ter excedido o tempo de que dispunha, ainda pretende usar da palavra para um pequeno esclarecimento complementar?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, julgo que seria útil que pedíssemos ao Sr. Dr. Castro Caldas, uma vez que citou um documento e uma opinião escrita sobre o impacto positivo e negativo, o sucesso e o insucesso da tentativa de criação de um *cluster* industrial aeronáutico e naval em Portugal, que nos pudesse facultar esse documento, se é que o tem.

Por outro lado, gostaria de requerer, Sr. Presidente, que esse relatório do Almirante Cavaleiro de Ferreira fosse pedido, porque julgo que não consta do acervo de documentos que temos, uma vez que também não o pedimos.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Está na *Revista Militar on line*.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sim, está na *Revista Militar*.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas está vertido integralmente?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sim, sim. Acho que sim.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ótimo! Magnífico!

O Sr. **Presidente**: — Bom, estando na *Revista Militar*, já detetámos a fonte, não será difícil de obter e será distribuído a todos os Srs. Deputados da Comissão.

Muito obrigado, Sr.^a Deputada relatora pela sua ajuda.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sobre mais documentos que eu tenha...

Bom, sobre o *cluster* aeronáutico não vejo que possa, em tempo útil da Comissão, descortinar o que seja útil e não estou em condições de poder garantir que encontrarei alguma coisa para remeter à Comissão sobre o *cluster* aeronáutico.

Posso trazer-vos documentação, extra objeto da Comissão, sobre, no fundo, os meus seis anos de participação nos conselhos de administração da OGMA, em que parte de todo este programa, que foi sendo configurado na privatização da OGMA, acabou por se relevar um sucesso industrial, talvez único em Portugal.

De facto, num período difícil como o que temos, de desindustrialização, ter aparecido um objeto de industrialização, de pacificação social, de sustentação de postos de trabalho, de aumento de postos de trabalho, tudo tecnologicamente português, isso é um grande sucesso, está publicado e nos relatórios e contas da OGMA aparecem sempre as menções à execução dos programas de contrapartidas de que a OGMA beneficiou.

Portanto, essa é uma pesquisa que pode ser feita nos relatórios de gestão que mencionam os programas cooperativos da própria OGMA.

Quanto à indústria naval, há, creio eu, um relatório — talvez esse eu possa encontrar — que define a constituição do Arsenal do Alfeite como indústria naval militar para o efeito de utilização das suas capacidades. Esse, estou convencido, talvez o consiga encontrar.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Dr. Júlio Castro Caldas, que já nos deu aqui muitas respostas bastante esclarecedoras, e começar por lhe agradecer por isso.

Já aqui foi dito que entre esta Comissão e alguns processos judiciais em curso há muitas diferenças. Naturalmente que esta Comissão não é um tribunal e aqui o que nos cumpre esclarecer e avaliar é o interesse do Estado, a proteção do interesse do Estado e é nesse sentido que lhe colocarei algumas perguntas.

É possível que, no meio desta vivacidade — e até porque já deu repostas muito concretas —, eu faça um bocadinho de «advogada do Diabo», mas é mesmo do Diabo não é de acusação...

A primeira pergunta que tenho feito em todas as audições que já fizemos é se faz ou não sentido Portugal ter capacidade submarina. Porém, si não a faço, porque acho que já deixou bastante claro que é óbvio que sim e até explicou por que é que acha isso, ou seja, deu uma explicação bastante taxativa, que me pareceu liminar sobre esta matéria.

O Sr. Doutor também já deu todas as explicações sobre aquilo que era o financiamento que previa para a LPM. Tive também o cuidado de ler a discussão, até viva, que houve, aqui, no Parlamento, sobre essa matéria.

Por isso, pergunto-lhe só uma coisa, porque confesso que não percebi bem essa parte: qual é o papel das empresas-veículo? Explicou a necessidade de criar estas empresas mas não percebi bem porque é que era necessário criá-las. Pode esclarecer-me um pouco sobre essa matéria?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, as empresas-veículo são as possuidoras do equipamento e, portanto, são aquelas...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E titulares da obrigação?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — E titulares da obrigação.

Dizemos que estamos a caminhar para uma civilização em que os conceitos tradicionais do titular dos direitos se esfumam quando começam a aparecer as empresas-veículo, os critérios da desconsideração da personalidade coletiva das empresas detidas a 100%, que permitem dizer que as sociedades gestoras de participação social em cascata devem ser todas desconsideradas para efeito de responsabilização, é matéria de debate comum nos setores judiciais.

Deveriam a DEFLOC e a SUBLOC ter a sua personalidade jurídica desconsiderada pelo efeito da titularidade a 100% por parte da EMPORDEF? Até não tinham, porque tinham os bancos. Tive o cuidado de assegurar que a participação dos bancos retiraria mesmo essa imputação da desconsideração da sua personalidade e, por isso, dir-me-ão: «Mas se houver guerra e os equipamentos forem destruídos?». Eu digo: «Olhe, o efeito negativo da destruição dos equipamentos é absolutamente equivalente à que ocorreria se eles estivessem no inventário dos ativos da República». A destruição de valor era a mesma.

Aqui, o que é interessante dizer é que, se por um lado a empresa-mãe, a EMPORDEF, é a responsável final pelo endividamento, esta também tem uma capacidade de intervenção na empresa-veículo, na administração e na manutenção dos próprios equipamentos.

Os equipamentos em fim de vida, inclusivamente, podem ser alienados e, até, podem ser alienados sem ser em fim de vida, com todo o esplendor que advém para a construção.

Costuma-se dizer que «gabar em causa própria é vitupério», mas, de facto, estou a gabar-me em causa própria, porque, se me aparecesse um comprador que quisesse comprar um submarino e eu tivesse absoluta necessidade de o vender, vendê-lo-ia, sem necessidade de vir discutir se o submarino era ou não da República. Era um equipamento que estava onerado por uma garantia, mas era possível cedê-lo, alugá-lo a outra nação que, porventura, tivesse necessidade dele.

Isso foi objeto de conferências muito interessantes e muito continuadas com outros ministros da Defesa e, designadamente, com o Ministro da Defesa inglês, ao tempo, que questionou como é que se tinha entrado numa questão daquelas com os submarinos, quando o mesmo se podia aplicar à Força Aérea. A Força Aérea era muito mais eficaz nesse modelo de poder ceder os equipamentos.

De facto, esse modelo ajudava a construir a identidade europeia de Defesa e, agora, é política pura e dura. Quer dizer, no meu Governo, a discussão sobre a identidade europeia de Defesa foi uma realidade em cima da mesa.

Fui o primeiro Ministro a organizar, em Sintra, uma conferência dos Ministros de Defesa da União Europeia. Esse sentimento de que era possível construir uma identidade europeia de Defesa, através dos

mecanismos de reequipamento das suas próprias Forças Armadas, utilizava esses conceitos.

Tudo isto foi ultrapassado pela realidade, porque a identidade europeia de Defesa, hoje, não existe. Que identidade europeia de Defesa?! Por mais que o digam, não há identidade europeia de Defesa.

Podemos esquecer isso. Podemos, depois, abrir um debate político sobre essa matéria. Porque é que não há uma identidade europeia de Defesa?! Porque é que não há uma política comum de Defesa? Porque regressámos a uma Europa de interesses contraditórios.

Respondendo taxativamente à sua pergunta, a empresa-veículo é o coração do funcionamento do sistema defensivo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, creio já ter ficado esclarecida sobre esta questão do modelo de financiamento, que, aliás, abrange vários equipamentos.

Em relação ao equipamento submarinos, muito concretamente, aquilo que herdou foi um processo que já estava em curso, aliás, em fase avançada. Já nos explicou que herdou uma *short list* com a tal questão consórcio alemão/consórcio francês.

Queria, aliás, dizer-lhe que a questão da avaliação técnica do submarino «francês» já aqui tinha sido abordada e também já tínhamos tido notícias, relativamente à aquisição feita pela Marinha chilena, de que tinha havido algumas coisas que não tinham corrido bem, precisamente com esse modelo francês.

Em todo o caso, voltando atrás e não querendo, naturalmente, fazer do Sr. Doutor nosso consultor jurídico, este assunto «faz-me alguma espécie», para dizer a verdade.

Aquilo que herdou foi uma *short list*. Antes dessa *short list*, há uma outra lista, não tão *short*, mas também uma *short list* fechada, com seis concorrentes. Também imagino que a quantidade de empresas capazes de construir submarinos não seja exatamente infinita, ou seja, percebo que tem de haver alguma razoabilidade nisto.

O que pergunto é qual lhe parece que pode ter sido o motivo racional para se fechar o concurso a estes seis convites, dizendo não apenas que tem de ser uma destas seis empresas, mas também que estão excluídos quaisquer consórcios com uma empresa que não seja uma destas seis? Porque é isso que é dito, ou seja, que não são aceites participantes diferentes dos identificados no n.º 2, que são estes seis, nem agrupamentos constituídos com identidades diferentes das referidas no mesmo número?

Pergunto-lhe o que parece que poderá ser o racional jurídico por detrás de uma escolha destas? Naturalmente, peço-lhe uma opinião técnica, enquanto jurista e não enquanto responsável, porque isto foi uma herança, não tendo sido da sua autoria.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, de facto, herdei essa decisão. Não me quis preocupar muito com o que era passado, porque não tinha tempo. O tempo, para mim, na altura, era essencial.

Mas julgo que isso corresponderá a uma tradição dos concursos públicos de querer forçar o «consorciamento» das empresas concorrentes, para simplificar a tomada de decisão. Esse convite, que está implícito nessa decisão, significa que têm de se consorciar entre si para que, efetivamente, as competências de todos tenham uma alavancagem de competência e de

qualidade que nos permita, a nós decisores políticos, sossegadamente, entender que a segunda *short list*, para a decisão entre dois, está mais formatada em relação às necessidades tecnológicas.

É a explicação que dou. Entendo que essa tradição de querer forçar os consórcios na fase da oferta *binding* ou na fase da oferta indicativa é capaz de não ser uma boa tradição contratual, nos contratos públicos, mas é essa que temos, ou seja, os convites ao «consorciamento» dos diversos candidatos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação também a estes equipamentos submarinos, creio que já nos explicou cabalmente a sua visão sobre as contrapartidas. Aliás, tivemos oportunidade de ler um pouco sobre ela, aqui, no debate da LPM de 2001.

Quando recebe este dossiê, que já tem uma *short list* de dois concorrentes, também, naturalmente, já estariam a ser avaliadas contrapartidas ou pré-contrapartidas. Por isso, pergunto o seguinte: quais eram, neste momento, os critérios?

Aquilo que encontrei foi a Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/98, que abre o concurso, que nos diz, apenas, que as contrapartidas são um dos critérios de adjudicação e têm de ser, no mínimo, no valor de 100% em relação ao preço do bem a adquirir — a formulação não é esta, mas a ideia será mais ou menos esta —, estabelecendo, depois, regras para um contrato-quadro um ano depois.

Durante esta fase, quando herda isto e já herda o processo numa fase avançada de negociações, quais foram as balizas que já estavam estabelecidas para as contrapartidas, para a negociação das contrapartidas e, sobretudo, como é que era avaliado o montante das contrapartidas? E

também, se nos puder explicar, porque é que estava estabelecido este critério do mínimo de 100% e o que é que isto significa na prática?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, esse é o coração do problema.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isso sei eu!

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Quando o Gabinete do Ministro da Defesa começa a ser abordado por industriais que dizem: «Tenho grande necessidade de enquadrar uma nova linha de fabrico nas contrapartidas que estão aí nesse contrato; Sr. Ministro, faça o seu melhor para que isso possa ser considerado», estamos no domínio que é a baliza entre o *lobbying*, o empenho e a complicação.

Houve uma coisa que disse logo: não me venham enquadrar o fabrico de lençóis no vale do Ave nas contrapartidas dos submarinos, porque encontrei lençóis do vale do Ave por fabricar nas contrapartidas da Vasco da Gama. Ou seja, 25 anos depois, ainda há lençóis do vale do Ave por enquadrar nas contrapartidas da aquisição das fragatas.

Por isso, o que comecei a defender, perante toda a gente, foi o *offset* direto, ou seja: «digam lá vocês, que querem vender um submarino, que partes desse submarino é que estão disponíveis para fazer na indústria portuguesa».

Isso tinha efeitos imediatos, por exemplo, na oferta da indústria de cablagem e teve efeitos imediatos na oferta do fabrico de moldes.

Aí, volto a repetir e já vos disse várias vezes — se, porventura, for fastidioso nessa elencagem, acho que o Sr. Presidente me mandará calar —,

que queria utilizar os Estaleiros de Viana do Castelo para fabricar o máximo possível dos submarinos.

Cada vez que me apareciam a dizer «contrapartidas», perguntava: «então e as soldaduras? E os rebites? E os cavernames? Então, vocês não são capazes de arranjar cavernames para o submarino na doca que está vazia nos Estaleiros de Viana do Castelo?»

Portanto, a minha intenção era sempre o *offset* direto, mas este é muito complicado, porque prejudica o remanescente da indústria, que se acha preterida nessa decisão política.

Em torno do enquadramento das contrapartidas, existe uma panóplia brutal de interesses em conflito, em que o decisor político, às vezes, se pode enganar. Essa era a minha tese, ou seja, a defesa de que devia haver uma lei-quadro das contrapartidas a impor, unicamente, *offsets* diretos.

Nunca consegui obter consenso político para fazer isso, porque os interesses que estavam em jogo e em cima da mesa a eles se opunham veementemente. As associações industriais diziam logo: «isso prejudica o mapa global da indústria, que quer beneficiar da indústria militar». Portanto, nunca foi possível, nem nunca houve poder político — realmente o ano de 2001 foi um ano fatídico — para se dizer «só interessa como contrapartida o *offset* direto».

Porque é equivalente a 100%? Sr.^a Deputada, não lhe sei responder. É o mesmo número sacro que a percentagem de 3% no défice, incluída no Tratado da União Europeia.

Pode perguntar: «porquê 3% de défice»? Porque três é um número sacro? Se algum dos Srs. Deputados me quiser explicar porque é que é três e não quatro ou cinco... Porque François Mitterrand, no dia da negociação, disse: «É três!». Ficou sacro. É um número sacro e toda a gente o aceita

como se fosse um número sacro. Está na Bíblia! É três, é o «número que Deus fez».

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No fundo, aquilo que me está a dizer é que, quando herda o processo, havia já contrapartidas ou pré-contrapartidas, projetos, em cima da mesa. Já tinha havido negociações, mas, no fundo, não havia critérios de avaliação.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, não! É um pântano.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito bem. Essa era uma questão que, desde o princípio, me estava aqui a fazer muita confusão, porque, de facto, não se vão negociar as contrapartidas depois do contrato, tem de ser ao mesmo tempo.

Até a questão da avaliação — é bom de ver — será bastante importante, porque, quando estamos a falar de 100%, ou seja, do mesmo montante, é preciso perceber como é que este montante é avaliado. O que me está a dizer é que, pura e simplesmente, não existia quando chegou.

Em relação ao que, de facto, existia quando chegou, o que lhe pergunto é se já havia uma comissão a avaliar o processo de aquisição dos submarinos e também se na economia já havia algum tratamento desta matéria, ou seja, uma comissão de contrapartidas.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Havia!

Havia uma comissão criada no tempo do Ministro Hernâni Lopes. O Ministro Hernâni Lopes, quando fez a aquisição das fragatas, foi confrontado com um problema semelhante.

O contrato de aquisição das fragatas foi um contrato do qual me socorri várias vezes para adotar o mesmo tipo de procedimentos. A única diferença foi que, para sair da crise de intervenção do Fundo Monetário Internacional, que o Prof. Hernâni Lopes geriu, esse instrumento de alavancagem da economia através das contrapartidas obtidas na indústria militar surtiu um efeito muito interessante em alguns setores industriais. Portanto, com esse sentimento de que, para arrancar uma economia parada e depressiva que tinha acabado de ter uma intervenção do FMI, era possível reindustrializar através da utilização dos contratos de contrapartidas, o meu desígnio político nesta matéria foi exatamente o de considerar que a indústria militar é efetivamente depositária de saber português, de saber industrial, e tem de ser considerada num consenso nacional como uma das portas de saída para a reindustrialização.

Sempre defendi isto, continuo a defender, estou convencido disso até que haja alguém que me diga: «vocês, portugueses, escusam de ter indústria de construção militar porque quem faz os sistemas de armas são os alemães». No dia em que me disserem isso, então, está bem, se calhar regressámos a 1938.

De facto, o sistema das leis de programação militar, os sistemas de financiamento assim obtido, a configuração orçamental, permite manter em funcionamento uma indústria muito necessária à economia portuguesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O Sr. Doutor já deixou bem clara essa opinião, mas fazendo um pouco de «advogada do Diabo», diria que aquilo que é o enquadramento contratual das contrapartidas que foi

feito durante o seu mandato não conseguiu que essa sua opinião tivesse vingado.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Não. O que resultou foi muito débil, repito, muito débil.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nem em relação ao *offset* direto?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Nem em relação à questão do *offset* direto!

Fui atacado por aquilo a que se chama má imprensa a partir do momento em que disse que queria o *offset* direto, porque aí se desencadeou um mecanismo daqueles que se consideravam prejudicados pelo *offset* direto.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas aquilo que impediu a consagração da sua opinião, e era o Ministro da pasta da Defesa, neste enquadramento das contrapartidas, foi uma pressão da comunicação social ou foi a ausência de vontade política consensual dentro do Governo?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — É aquilo que é chamado a *real politic*. O que é que predomina? São os interesses da economia? É muito fácil dizer que são os interesses da economia e que o Ministro da Defesa está a proteger os «brinquedos» dos militares. É uma argumentação demagógica horrível e eu fui sujeito a isso — «o Ministro da Defesa está a proteger os «brinquedos» dos militares porque o que é preciso é que o dinheiro que se gasta na indústria militar seja ‘espalhado’ sobre a

economia». Ora, o «espalhar» sobre a economia significa um risco sistémico de adulteração, de corrupção, de perda, de prejuízo, de falta de controlo, tudo aquilo que de negativo aparece na administração de um sistema disperso como este, enquanto se for com o *offset* direto, com tudo sob o controlo do Ministério da Defesa, a disciplina, no meu entender, é muito mais eficaz.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Dr. Júlio Castro Caldas, em relação a estas duas comissões que coexistiam, como era a relação entre elas e delas com os concorrentes? Ou seja, por exemplo, se os concorrentes quisessem negociar um projeto de contrapartidas, dirigiam-se a quem? À comissão do processo de aquisição dos submarinos, à de contrapartidas, às duas, àquela que lhes pudesse dar razão com mais facilidade? No fundo, como é que isto funcionava?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Não queria responder à Sr.^a Deputada com uma frase camponesa, mas, se calhar, a frase camponesa é a mais adequada: «bateram à minha porta com os pés».

O «bateram à minha porta com os pés» é aquilo que se pode dizer que acontecia nessa negociação, que era abordar quem tinha poder, quem era conhecido, dizendo «tenho aqui um projeto que tem imenso interesse e faça favor de o considerar». Era mais fácil entrar pela Economia do que entrar pela Defesa, porque na defesa sabiam que havia uma negativa.

Se me aparecesse alguém a dizer «é muito importante construir interruptores para portas com estas características e meter isso nos contratos de contrapartidas», eu perguntava qual era a componente para indústria militar que isso tinha e a resposta seria sempre negativa. Então, vinham pelo lado da Economia, porque pelo lado da Economia era realmente muito importante fazer interruptores para as portas na construção civil.

Repare a doença conceptual que tem a inexistência de uma consagração legislativa dos *offsets* diretos, a exclusividade dos *offsets* diretos!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Dr. Júlio Castro Caldas, mais uma vez pergunto por que é que os *offsets* diretos não foram consagrados. Ou seja, da parte do Governo, como um todo, não houve vontade de os consagrar?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Porventura, porque o peso político do Ministro da Defesa era pouco.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não diria tanto.

Em todo o caso, para entender, pergunto se este enquadramento contratual das contrapartidas foi um documento que surgiu na comissão do PRAS (Programa Relativo à Aquisição de Submarinos) ou foi resultado de uma negociação com esta *short list* de concorrentes?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Não lhe sei responder a isso, Sr.^a Deputada, não sei se por falta de memória... Se me der indicação das datas, talvez eu possa lá chegar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Este documento é de 6 de novembro de 2000 e está assinado pela Comissão, pelo Presidente, António Cavaleiro de Ferreira, Vice-Almirante, pelo representante legal efetivo do GSC e pelo representante legal efetivo da DCN-I.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Exatamente. Foi uma negociação direta com o Almirante Cavaleiro de Ferreira no Ministério da Defesa, com o Almirante Cavaleiro de Ferreira já indigitado como Diretor-Geral de Armamento.

Se é essa a data, devo ter tido acesso a esse documento, devo tê-lo lido, ainda que agora não me recorde.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Dr. Júlio Castro Caldas, queria fazer-lhe uma pergunta sobre este enquadramento contratual que vem introduzir regras muito importantes, designadamente explicar como se avalia o tal VAN (valor acrescentado nacional). Se calhar, aqui não é o momento mas, depois, poderíamos discutir também sobre a forma de avaliação do VAN e até da sua possibilidade e objetividade, mas foi isso que foi estabelecido e pela primeira vez conseguiu-se perceber-se qual o

quadro e as balizas, cerca de dois anos depois de elas já estarem a ser negociadas.

Concretamente em relação a uma cláusula que muito tem sido falada, em caso de incumprimento definitivo mas não doloso das contrapartidas, foi estabelecido, no ponto 10.3, que o interesse do Estado nas operações de contrapartidas é fixado em 10% do valor contabilizável contratado das mesmas. Pergunto-lhe se isto lhe parece adequado e se no que foram os trabalhos negociais deste enquadramento contratual de 2000 esta cláusula foi sempre apresentada assim pela equipa negocial da Comissão de Acompanhamento do Processo de Aquisição dos Submarinos ou se houve outras redações desta cláusula?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, no fundo, isso é multa contratual.

Se me perguntar, hoje, se a multa contratual é suficiente, direi que acho que é insuficiente porque devia ter uma natureza progressiva. Ou seja, se há falta a progressividade na aplicação de um montante, a cláusula fica deficientemente resolvida. Por exemplo, a introdução do incumprimento continuado do pagamento da multa contratualmente prevista pode levar à aplicação das regras do Código Civil para o incumprimento definitivo, perda do interesse e cativação das garantias recebidas, que acho que é o que está neste momento em cima da mesa, isto é, a cativação de uma garantia, a meu ver, também insuficiente.

Mas a minha memória acerca dessa matéria leva a que esta é a primeira vez, numa regulamentação, que há a introdução das multas contratuais por incumprimento. Ficava sempre no ar, sem multas

contratuais. Perguntava-se: «mas não entregou os lençóis? E o que é que acontece?» Não acontecia nada. Não entregou... E a fatura era para confeccionar quantos lençóis? De que natureza? Como eram os lençóis? Ah, eram tantos... E os cobertores? Quantos eram? Chegou a haver sapatos também nas contrapartidas!

Esse é, de facto, o primeiro documento em que se pretende introduzir alguma ordem na casa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Doutor, não sendo esse o meu papel, diria que noutros processos não sei mas neste é certamente a primeira vez que nos aparecem não só garantias e indemnizações mas também regras de valor, regras de prazo, enfim, regras, sejam elas do que forem...

Aliás, até este momento, o Sr. Doutor descreveu o processo como um pântano e acho que não deixa de ser adequado. O que lhe pergunto é se tem conhecimento do que foi o processo negocial para se chegar a este documento. Digo isto porque não encontrei na nossa Comissão as atas desta comissão que presidiu ao concurso; em todo caso, como estão assinadas pelos concorrentes e como estávamos num processo negocial, parece-me obvio que terá havido alguma negociação. Tem conhecimento disso?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Houve, de certeza que houve. E houve muitas reuniões, de certeza absoluta! Não estaria presente nelas, como é óbvio, mas era-me dado conhecimento.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas não sabe se essa cláusula em concreto...

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Não sei se esse é o resultado final. Sei que isso é resultado do meu Gabinete e, como digo, da Direção-Geral de Armamento.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Dr. Júlio Castro Caldas.

Agora, teremos de solicitar as atas deste processo negocial. De qualquer maneira, agradeço o seu esforço de memória, que, com franqueza, até se revelou bastante atualizada e concreta.

O Sr. **Presidente**: — Nesta primeira fase, a última pergunta é do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, queria cumprimentar o Sr. Dr. Castro Caldas, cuja disponibilidade para falar sobre estas matérias já foi respondendo a um conjunto de perguntas que previamente havia preparado para lhe colocar. Contudo, outras foram surgindo, ao longo do que nos referiu.

Nesse sentido e relativamente aos submarinos, o que nos disse foi que, quando herdou a pasta, esta decisão estava já encaminhada para a discussão entre a proposta francesa e a proposta alemã. Hoje de manhã, o Sr. Dr. António Vitorino disse-nos que, quando abandonou a pasta, o processo estava encaminhado para uma discussão com a Marinha inglesa acerca da possibilidade de adquirir submarinos em segunda mão à Marinha inglesa. Sabe dizer-nos em que fase é que esta decisão foi tomada? Entre os senhores houve dois ministros do PS e pergunto se sabe qual deles tomou esta decisão.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — A fase do abandono da opção de compra dos submarinos ingleses li-a, segundo julgo, num relatório que me foi facultado pelo Almirante Matias e tinha um racional que me convenceu. Mas foi só para documentação da informação. O processo, quando chegou às minhas mãos, estava decidido, estava arrumado, já não havia submarinos ingleses. O que havia, realmente, era a *short list* para conduzir o percurso contratual e, depois, preocupei-me só com o que estava em vigor. E o que estava em cima da minha secretária era a análise dos relatórios que iam sendo emitidos por quem estava encarregue de organizar o concurso.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Mas não sabe qual dos Ministros, se foi o Prof. Veiga Simão, se foi o Dr. Jaime Gama?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Creio que o Dr. Jaime Gama não foi, porque o Dr. Jaime Gama esteve muito pouco tempo como Ministro, o Prof. Veiga Simão esteve mais tempo.

É aborrecido referir a probabilidade de ter sido ele quando ele já não pode vir aqui para explicar se foi ou não... Não lhe sei dar essa informação mas presumo que com o Dr. Jaime Gama não foi.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Entretanto, o processo estava nessa fase. Enquanto o senhor foi Ministro chegou a ser desencadeado algum processo de concurso? Existiam os pareceres técnicos da Marinha? As questões técnicas já estavam definidas nessa altura?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Já havia muita documentação técnica, já havia muitos pareceres da Marinha e, como disse no início da minha intervenção, quando saí de Ministro, o *dossier* estava pronto para decisão.

Julgo mesmo que uma das primeiras decisões que foi colocada em cima da mesa do Ministro Rui Pena foi a análise da decisão política sobre a quem se deveria adjudicar. Já não sou eu que tenho de emitir, deixei tudo organizado dentro do meu gabinete para que o meu sucessor pudesse ter acesso direto à documentação toda.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Incluindo as questões das contrapartidas?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Com certeza que estaria também o *dossier* das contrapartidas. Eu não omitiria a existência do *dossier* das contrapartidas.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Outra questão tem a ver com algo em que o Sr. Doutor já falou muito, ou seja, com perspectiva que tinha relativamente ao papel dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo neste processo. O que lhe pergunto é se essa era só uma ideia do Ministro ou isso chegou a estar vertido na documentação e por que é que não avançou. Se chegou a estar vertido em documentos, quem é que se opôs ou que circunstâncias é que levaram a que esta hipótese não tivesse ido por diante?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Foi afastado pelo próprio concorrente, que disse que não fazia. Disse: «Isso não faço». Portanto, foi o próprio concorrente que disse que precisava dos fabricos na indústria naval alemã e que não ia «tirar o pão da boca» dos operários alemães. Foi-me dito mesmo assim: «Não vou ‘tirar o pão da boca’ dos operários alemães e a indústria naval alemã precisa disto». Aí eu percebi que estava a falar alemão, não é?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Entretanto, o Governo português abdicou, decidiu «tirar o pão da boca» dos operários portugueses?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Exatamente! E, portanto, a alternativa que haveria era ter-lhe dito, pura e simplesmente: «Então, não se faz, não há submarinos».

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Às tantas, não percebi muito bem (erro meu) relativamente à questão americana.

Falou-nos aqui no grande *lobby* e grande pressão americana, nomeadamente no processo dos torpedos. Tinha dito inicialmente que a única hipótese para a compra de torpedos era a Itália, porque os americanos recusavam-se a vender. Foi isso que percebi. Numa segunda fase, falou-nos que foi «raptado» pelo *Air Force One*...

Risos.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Fui voluntariamente. Fui voluntariamente...

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Entre aspas, entre aspas!

No processo de venda de torpedos, não percebi...

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Não, eu tentei, numa negociação puramente informal, a utilização gratuita das verbas que estariam disponíveis para cooperação militar entre os Estados Unidos e Portugal, designadamente as facilidades concedidas nas Lages. Teria sido possível, se eles tivessem querido, fornecer gratuitamente o equipamento. Teria sido possível.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Não torpedos, mas outro equipamento militar, não é?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Torpedos, torpedos mesmo.

Desculpe, mas agora deixe-me acabar porque, realmente, há uma pequena contradição no meu depoimento, quando lhes falei primeiro do acesso à indústria italiana.

Tentei negociar primeiro com os Estados Unidos mas já não negocie nada com a indústria italiana; nada, isso já não é do meu tempo. Soube posteriormente que o contrato dos torpedos foi feito com a indústria italiana, mas por ler nos jornais e não porque tivesse acompanhado.

Se quisessem, os Estados Unidos estavam em condições de ter aberto o mesmo tipo de facilidades que, por exemplo, foram concedidas às esquadras F-16, para o *refitting* das aeronaves, da aquisição dos C-130. Havia uma cooperação muito grande com o Governo dos Estados Unidos nessa matéria, até porque se vivia uma fase de renegociação do acordo das Lages.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Em matéria de submarinos também havia essa pressão americana?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Os Estados Unidos não queriam e exprimiam isso publicamente com alguma dureza: «Estes portugueses são uns imbecis, para que é que querem submarinos?»

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Mas apontavam razões para que Portugal não devesse ter...

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Diziam: «Só faltava os portugueses terem submarinos!». Era nessa lógica de dizer: «Para que é que esta gente quer ter submarinos? Para que é que esta gente há de ter submarinos? Não são capazes de gerir convenientemente a sua casa e estão a gastar dinheiro com submarinos?!». Era uma lógica...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Exatamente!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Mas havia pressões no sentido de que a negociação para a aquisição de submarinos não avançasse?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sim, sim!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Que tipo de pressões e como é que elas se manifestavam?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Com juízos negativos em reuniões internacionais e indicações depreciativas.

Vamos lá ver: é preciso saber como é que essas coisas se dizem e se fazem: umas são ofensivas, outras não. Da boca do Rumsfeld ouvi várias coisas absolutamente ofensivas, de brutalidade diplomática. Porquê? A explicação está dada: não correspondia aos objetivos estratégicos da sua configuração de forças e, portanto, da mesma maneira como, porventura, não estarão agora também a considerar aceitável na sua configuração de forças que existam sistemas de escutas alemães a fazerem o mesmo que eles fazem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Disse-nos várias vezes, também durante a intervenção, que tinha muitas dúvidas contra estes modelos de contrapartidas que foram avançando, mas, entretanto, eles avançaram. Isto também se enquadra naquela falta de peso político, que já referiu, do Ministro da Defesa para avançar com um sistema de contrapartidas com o qual não concordava?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — É óbvio! O que a imprensa dizia era: «Ah, o Ministro descartável, o Ministro que não tem peso político, o Ministro que não está no ‘baralho’, que não tem forças políticas suficientes para impor os seus conceitos e as suas convicções». E, depois, é evidente que sabemos o que significam campanhas de pressão mediática para que determinados objetivos económicos sejam atingidos, não é?

E é evidente que para a indústria portuguesa sair da situação em que se encontrava depois da primeira intervenção do FMI precisava disto como de «pão para a boca». Precisava, efetivamente, que os seus projetos industriais estivessem enquadrados e financiados para poderem avançar.

As pequenas e a médias empresas do Norte ansiavam pela possibilidade de ver um dos seus programas industriais enquadrados nestes programas. Era esta a realidade portuguesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Referiu-nos também que havia um funcionamento deficiente da comissão de contrapartidas. Percebi que terá dito que havia um deficiente funcionamento dessa comissão.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — É o juízo que hoje, historicamente, faço. Porventura, na altura não o terei feito com suficiente veemência, mas é o juízo que faço hoje. Deveria o Ministro deveria ter atuado de uma forma mais radical? Porventura, devia ter dito e substituído a representação das pessoas.

É que a representação era setorial e hoje sabemos o que é que significa uma representação setorial: é uma versão alargada de um conjunto de ideias, todas elas divergentes. Portanto, a unidade de pilotagem da comissão de contrapartidas também devia ser muito difícil. Não posso acusar o Eng.º Torres Campos de ter claudicado no desempenho dessa função, porque depois, mais tarde, encontrei o Embaixador Catarino, que comeu o pão que o diabo amassou porque nada daquilo funcionava, não reuniam, não conseguiam fazer a contabilidade, não conseguiam acertar se os modelos estavam construídos ou não... A meu ver, é o conceito que está errado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Então, reconhece que o mau funcionamento da comissão de contrapartidas teve implicações no cumprimento dessas contrapartidas? Até que ponto é que teve, efetivamente? Por que é que a comissão funcionava mal e quem é que tinha interesse em que ela funcionasse mal?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr. Deputado, só posso dizer que, porventura, precisava de uma intervenção política mais dura e mais eficaz por alguém que tivesse um comando efetivo e dissesse: «Assim, não! Acabou-se!». Isso não era possível politicamente, porque feria muitos

interesses genuinamente sustentáveis, era preciso dar trabalho às pessoas. As pessoas precisavam de ter fabricos e o que aconteceu, nesta desgraça dos submarinos, é que tudo aquilo que foi prometido, ou quase tudo, não foi cumprido.

Agora, desculpem-me a pergunta: por que é que ainda não foi? Ah, porque o contrato tem uma debilidade técnica em que mais vale receber a multa contratual, que é algo irrisório, porque não tem suficiente blindagem para uma sanção mais severa? Não sei, se calhar são precisos juristas com imaginação para compreender o que é preciso fazer no domínio criminal. Na Alemanha, souberam, eles pagaram e de que maneira! Foi-lhes exigido e nem sequer foram julgados, que não foi preciso julgá-los.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Gostava também de lhe colocar outras questões sobre os helicópteros EH-101.

O Sr. Ministro já referiu que as decisões e a respetiva responsabilidade relativamente a esta matéria foram do seu sucessor, mas, ao que julgo saber, o procedimento de abertura é de agosto de 1999, no tempo do Ministro Jaime Gama.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — É. Herdei esse *dossier* do Jaime Gama e fui eu que o pus em andamento.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Então, pode referir-nos se tem essa informação relativa às opções de compra? Aliás, o Sr. Ministro já fez essa referência de...

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Já disse que se fosse eu adjudicava a Sikorsky, não adjudicava este.

Não me podem acusar de ser um pró-americano, mas eu adjudicava Sikorsky porque era mais rústico, porque era mais barato, porque estava no terreno, porque havia experiência, porque precisavam. Essa noção de que precisavam é uma noção importantíssima neste tipo de negócios, porque havia necessidade e eles estavam mais perto da área de teatro e, por isso, era mais fácil.

Agora, a argumentação dos pilotos que têm de conduzir aquelas magníficas máquinas é que aquilo nunca falha, é uma coisa fantástica! Pode parar um dos rotores do hélice, caímos cento e não sei quantos metros e, mesmo assim, o outro hélice sustenta o helicóptero. Estes são argumentos técnicos. Um piloto pode querer ter a melhor das máquinas e quem opera com as máquinas tem um peso muito importante, não é?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Se enquanto responsável político não concordava com esse procedimento, porque não fez alguma coisa para alterar esse procedimento? Já não o podia fazer? Estava numa fase tão avançada que não lhe era permitido? Por que razão não o fez?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Deixei a decisão ao meu sucessor, que estava pronta. Ele tanto podia ter adjudicado este como podia ter adjudicado Sikorsky.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Então, se percebo, o senhor herdou, enquanto Ministro, um processo com o qual não concordava, mas enquanto esteve responsável também não o alterou e deixou para que quem viesse a seguir o alterasse.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Não, porque saí repentinamente, depois de uma declaração de demissão em Conselho de Ministros. Deixei de ser Ministro. Se tivesse lá ficado mais 10 dias, porventura, teria decidido.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Relativamente ao processo da manutenção dos helicópteros, que foi polémico, o que nos pode dizer sobre o assunto? No processo de compra dos helicópteros, tendo até em conta a especificidade daqueles equipamentos, por que é que a manutenção não estava incluída?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr. Deputado, sobre a explicação racional do que aconteceu historicamente, o Dr. Rui Pena é a pessoa mais habilitada para a fazer.

Se me pergunta, a mim, se adjudicava um helicóptero sem um contrato de manutenção, eu nunca o faria. Se não houvesse dinheiro para a manutenção, não adjudicava enquanto não houvesse a configuração financeira para poder sustentar a operação, senão acontecia o que veio a acontecer, que foi os helicópteros ficarem em terra, parados, porque não havia suplentes nem peças para os poder operar, porque não havia acordo sobre o preço das peças, sobre o custo-hora da manutenção, sobre todos esses requisitos que são essenciais num contrato de manutenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Uma quase última questão: tem referido abundantemente os contratos de contrapartidas dos submarinos como exemplo máximo de algo que não correu bem.

O último relatório da comissão de contrapartidas relativamente ao cumprimento das contrapartidas aponta para um valor de 31%, mas, por exemplo, nos helicópteros, nos EH-101, esse cumprimento ainda é mais baixo, está nos 29%. Há alguma razão especial para dar um destaque ao processo dos submarinos como incumprimento das contrapartidas?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Porventura, a explicação é que o volume financeiro é maior. Portanto, diferença de dimensão dos quantitativos que estamos a discutir é entre a noite e o dia, ou seja, uma coisa tem um efeito e uma alavancagem reprodutora na indústria que é totalmente diferente da outra.

Acho que a inexistência de contrapartidas no caso dos EH é também fruto da não consideração dos contratos de manutenção e um pouco da anarquia subsequente quanto à colocação da manutenção, no sentido de toda a gente a querer fazer. Portanto, houve indecisão sobre onde é que os helicópteros efetivamente deviam ter a assistência e a manutenção. E isso provocou efetivamente atrasos brutais no cumprimento das contrapartidas, que também estão por cumprir. Essas contrapartidas também estão por cumprir!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr. Presidente, mesmo para terminar, farei só uma consideração.

Julgo que esta audição fica muito marcada por aquilo que o Sr. Doutor referiu bastantes vezes, os interesses e as pressões existentes em torno deste processo. E não teve problemas em referir que estes interesses pugnaram por fazer pressão junto dos processos de contrapartidas.

Todos nós conhecemos o nível de cumprimento dos processos de contrapartidas. Por isso e daquilo que referiu, depreendo que esse conjunto de pressões acabou por ser benéfico para um conjunto de setores que tinham de cumprir contrapartidas para com o Estado português e não o fizeram, o que também determinou que houvesse por parte de quem teve responsabilidades políticas um fraco empenho na defesa do interesse nacional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder ou comentar.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr. Presidente, não vou responder, vou comentar que essa verificação apura-se quase uma década depois dos acontecimentos.

É extraordinário que, como diz o ditado português, «a culpa vai morrer solteira». Vai mesmo, porque não tivemos a eficácia que, se calhar, o magistrado do Ministério Público alemão teve quando quis resolver o problema. E resolveu-o na fase de inquérito! Nós temos uma lei de processo penal muito parecida e ele resolveu-o na fase de inquérito. E arrumou-o. O Estado alemão foi indemnizado, recebeu o dinheirinho que julgava que tinha direito; aplicaram a inibição para gerir a quem foi responsável pelos eventos danosos, tudo isso está... Se os Srs. Deputados

já têm o relatório, já lá têm a sentença e aquilo tem o rigor alemão, e o rigor alemão, nestas coisas, em matéria penal, é muito interessante.

Agora, julgo também que é uma questão de senso comum e não podemos agora começar a analisar, 10 anos depois, o que é que aconteceu, modelo a modelo, nos contratos de contrapartida, porque as pessoas já cá não estão, porque as circunstâncias são outras, porque a história é diferente, porque aconteceu isto, porque tem esta causa justificativa... Quer dizer, é muito difícil fazer um apuramento de responsabilidade se tal não for feito logo, ali, tempestivo!

Na altura, toma-se conhecimento: «incumpriu ou não?» «O contrato está bem redigido, tem uma cláusula penal suficientemente forte? Aplique-se a cláusula penal». Isso é uma debilidade portuguesa, não é? É uma debilidade portuguesa, não aconteceu...

Dez anos depois, estou aqui, sou português e estou um pouco zangado com os portugueses por reconhecer que, efetivamente, Portugal se desindustrializou e poderia ter tido uma oportunidade de ter indústria a funcionar, designadamente pequena e média indústria, ao abrigo de um programa que, julgo, um consenso parlamentar de uma determinada época logrou fazer como objetivo político, e que não envergonha ninguém.

Quer dizer, essa aprovação da Lei de Programação Militar corresponde a um consenso parlamentar muito sólido e politicamente muito interessante.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir, por favor.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr. Presidente, afinal, o comentário suscita-me uma questão, que é mesmo muito breve: se o Sr. Doutor diz que

o quadro penal em que os processos judiciais se desenvolvem é muito semelhante na Alemanha e em Portugal, o que é que falhou, do nosso lado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Acho que essa pergunta seria boa se, um dia, a pudesse fazer, em conversa de café, ao magistrado do Ministério Público que teve o *dossier* entre mãos.

É evidente que não podemos, em virtude da arquitetura constitucional que temos, entrosar um conjunto de troca de informações, mas, porventura, o que se poderia dizer, um dia, politicamente, nesta Câmara, é que evidentemente que o poder judicial deveria ter, porventura, uma outra arquitetura mais eficaz. Não estou a defender o judicialismo, um modelo judicialista, nem um modelo intrusivo do poder judicial, não é isso que está em causa. Acho é que a nossa arquitetura constitucional nunca teve um debate sério sobre o que é o poder judicial — e desculpem-me, Srs. Deputados, por eu estar a sair fora do tema da Comissão mas é a oportunidade que tenho de voltar a fazer um pouco de política — e porventura terá chegado a altura de ter algum debate sério sobre a arquitetura do poder judicial, na configuração dos poderes que constam da nossa Constituição, porque os resultados estão à vista e não são muito animadores.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ramos terminou as suas questões e, com isto, concluimos a primeira ronda de perguntas.

Na segunda ronda, cada um dos grupos parlamentares dispõe de 5 minutos, sendo que, agora, as perguntas são feitas e respondidas de seguida.

Pergunto ao Bloco de Esquerda se pretende usar dos 5 minutos...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, penso que nem serão necessários os 5 minutos, mas isso é o que dizemos sempre ao início e depois as coisas correm de outra forma

Tenho duas questões a colocar, que considero importantes porque fazem parte dos processos e acho que, democraticamente, não podemos olhar para um conjunto de empresas que, sistematicamente, aparecem em todo o tipo de negócios e associadas aos negócios mais duvidosos e obscuros, e virar a cara como se nada fosse. Começamos a perceber que, caso após caso, os grupos são os mesmos, as empresas são as mesmas, os interesses são os mesmos, e tratamos isto como uma coisa normal, como se nada fosse.

Aqui, obviamente, refiro-me, em particular, ao BESI e à Escom, mas refiro-me também ao grupo alemão, que, como já se viu, noutra contexto jurídico teria tido outro tratamento em relação à forma como executou ou não as contrapartidas.

Vou formular algumas perguntas diretas. A primeira é: como é que vê este duplo interesse da Escom e do BESI neste negócio? O BESI está como financiador do Estado e faz parte do mesmo grupo que está do outro lado e vai receber o financiamento. Então, no fundo, há uma circulação de dinheiro entre o Grupo...

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Há conflito de interesses!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas deixe-me só terminar, porque assim faço-lhe a pergunta toda de uma vez.

Portanto, a minha pergunta era exatamente essa: não havia um conflito de interesses entre empresas do mesmo grupo que, de um lado, estão a financiar e, de outro lado, estão a receber financiamentos e a fazer lóbi para que, do outro lado, a coisa aconteça? Como é que vê esta relação?

Em segundo lugar, o Sr. Doutor disse muito claramente que uma coisa é a forma como discutimos o modelo de contrapartidas — e acho que é uma questão interessante a debater se o financiamento deve ser disperso pelo tecido industrial, se deve ser centralizado na indústria militar — mas há um outro ponto e um outro argumento, que é quando nos diz que quando não são medidas *offset* há mais probabilidade de corrupção, de pressão e de lógicas de interesses.

A minha pergunta é se tem algum caso concreto, ou seja, no decorrer deste processo, tem algum caso concreto que justifique essa intuição, que me parece bastante acertada, pelo menos face aos casos que temos.

A última pergunta também diz respeito à Escom e ao GSC, ao consórcio que ganhou os submarinos. Na definição das contrapartidas, a Escom e este grupo alemão tinham, ou não, interesse em algumas das empresas que vieram a receber as contrapartidas? Ou seja, pergunto se há, ou não, aqui, mais uma vez, conflitos de interesses em que estou a pagar as contrapartidas e, ao mesmo tempo, estou a pagar-me a mim própria, porque tenho interesses nas empresas que recebem as contrapartidas. Isto fez, ou não, parte de todo este negócio e de todo este processo?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr.^a Deputada, vou responder-lhe rapidamente, para não tirar mais tempo aos Srs. Deputados.

Já adiantei a minha opinião: que há conflito de interesses, há conflito de interesses. Disse-o várias vezes e recusei, também por várias vezes, situações em que esse conflito de interesses era evidente.

Não se pode estar, de um lado, com interesse em financiar e, do outro lado, com interesse em vender a coisa que vai ser financiada. Ponto final!

Não venham os banqueiros dizer que existem *chinese walls* no interesse das suas instituições, porque não há *chinese walls* no interesse das suas instituições.

O tempo e a História vão ter que demonstrar que a personalidade de todos os castelos de cartas, de SGPS, etc., se resume na desconsideração da personalidade coletiva dessas empresas, e, portanto, a consolidação tem de ser imediata e obrigatória.

Neste caso das contrapartidas, se me pergunta se conheço casos em que, efetivamente, foi exercida pressão, influencia ou lóbi, direi que conheço.

Sabe como é: almoça-se ou janta-se num determinado sítio e diz-se «ó Sr. Ministro, e aquele caso que lá está para ser decidido? O Sr. Ministro não consegue resolver isso rapidamente, porque a minha empresa precisa tanto que esse contrato seja firmado?» Isto é tão português, tão português, tão português, que eu podia contar dezenas de casos. E é preciso que o Ministro esteja blindado para dizer «sim, senhor! Deixe estar que não me esqueço!» E, depois, só decide aquilo que entende que deve decidir.

Mas às vezes não é assim tão claro, estamos na fase cinzenta, em que, efetivamente, as coisas... Não tenho nenhum caso que lhe possa dizer que é paradigmático.

Tenho, como paradigmático, o caso do hotel. Ai, isso, tenho! E tenho a coragem de o dizer aqui: o caso do hotel é paradigmático. É

paradigmático porque os efeitos são altamente negativos na própria condução do processo criminal. Interrompe e introduz dúvida judiciária!

Tenho alguma experiência de julgar, sei o que é a angústia do julgador, de julgar certo, e não se pode fazer isso, não se pode introduzir dúvida judiciária sobre as pessoas que têm essa enorme responsabilidade de ter que decidir o que é o destino individual da liberdade de cada um.

Efetivamente, foi cometida uma infração, que considero uma infração de intrusão na esfera do poder judicial. E, se estamos em momento de intrusão, é evidente que, aí, houve um momento de intrusão, houve um momento de violação constitucional do princípio da separação dos poderes, sendo que a intervenção que deve ser feita, governativa ou parlamentar, é numa fase em que se diz: «a República entende que precisa de ser ressarcida de uma indemnização». E se é possível obter esse ressarcimento de uma forma que seja processualmente consentida, temos instrumentos no Código Penal — aliás, num artigo que é exatamente igual ao do Código Penal alemão — que permitem negociar a pena, a suspensão da pena. É a coisa mais eficaz que existe em processo penal, pois permite recuperar. Temos a experiência do que foi o tratamento em matéria tributária. Porque não fazê-lo noutras instituições?

Em suma, esse caso, conheço-o eu e digo que se não tivesse existido essa intrusão, porventura, teria sido possível dizer: «olhe, está aqui o que se fez na Alemanha. Os senhores querem fazê-lo em Portugal, também?» E teria sido possível recuperar. Não foi!... Espero ter respondido.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Partido Social Democrata, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Simões Ribeiro, que também dispõe de 5 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Simões Ribeiro** (PSD): — Sr. Presidente, julgo não precisar de tanto tempo.

Começo por cumprimentar o Sr. Dr. Júlio Castro Caldas.

O Sr. Doutor fez aqui alguma precisão, repisou muito a questão de desastre da execução das contrapartidas, em concreto, no caso dos submarinos.

Estive a ver o relatório anual das contrapartidas que foi feito no final de 2013 pela Direção-Geral das Atividades Económicas, porque, já por força de uma decisão deste Governo, a ex-Comissão Permanente das Contrapartidas foi extinta e é a Direção-Geral das Atividades Económicas que tem por função, por obrigação, acompanhar a execução das contrapartidas.

Ora, nesse relatório, que se refere a 31 de dezembro de 2013, só para dar alguns exemplos, tínhamos uma execução ao nível os submarinos de 26%, tínhamos os Pandur com 17%, os C-295 com 11% e os torpedos com 0%. Isto ao nível das contrapartidas.

O Sr. Doutor explicou, até com algum detalhe, o que era a dificuldade de reunir a própria Comissão Permanente de Contrapartidas, portanto, havia alguma inércia desta Comissão no acompanhamento da execução. O que lhe pergunto é no sentido de perceber se este desastre que encontra na execução — falou no caso dos submarinos mas eu estendo-a a outros programas militares que aqui enunciei, e penso que concordará — terá mais a ver com o seu acompanhamento que o Estado português não terá feito da melhor forma ao longo do tempo em que estes programas e os contratos de contrapartidas estavam em vigor, ou se terá a própria redação dos contratos?

Pareceu-me que não foi isso que disse, que foi mais a questão do acompanhamento da sua execução. Portanto, pergunto se atribui esta fraca

execução a um deficiente, inoperante, acompanhamento das contrapartidas e se acha que o facto de ser entregue a uma só entidade, a uma Direcção-Geral, que tem um acompanhamento mais técnico, o perceber se os prazos foram ou não cumpridos, a qual tem, como referiu, uma menor dificuldade de reunião de todas aquelas pessoas que representavam diferentes interesses em competição, da sua experiencia, será o meio mais adequado e mais eficaz, protegendo melhor o interesse público?

É esta a questão que lhe deixo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Dr. Castro Caldas.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr. Deputado, essa é a questão política mais interessante: quando queremos que não se decida nada, adota-se o formato de uma comissão. O formato de uma comissão é a melhor maneira de não se decidir nada! Não se decidiu porque faltou o representante da indústria, não se decidiu porque faltou o representante da agricultura ou não se decidiu porque faltou o representante do comércio...

Depois, o representante da comissão de contrapartidas dizia: «não consigo sentá-los à mesma mesa». E eles apareciam a dizer: «mas a senha de presença que me pagam por isto não é suficiente, faço isto fora das horas de serviço...». Ou seja, depois aparece a questão remuneratória...

Portanto, a decisão mais sensata é a centralização do decisor, por muito que isto custe! E depois pergunta-se: «mas isso fica centralizado onde? Na Economia». E aí eu digo: não, não façam isso, porque se estamos aqui a entender que o que se deve fazer é desenvolver um *cluster* de indústria militar, que, para se desenvolver, vai buscar os apoios a outros setores industriais, então, deixem ficar isso na Defesa, porque na defesa há um ambiente de disciplina e um ambiente de direcção e a fiscalização fica,

então, toda ela, sob essa coordenação. A seguir, tem de haver uma efetiva lei-quadro que possa punir, possa considerar contraordenação grave, possa considerar incumprimento de qualquer plano o deixar deslizar 40 ou 50% do plano.

Portanto, sobre essa matéria, não há um pensamento estratégico devidamente organizado, límpido e correto que estabeleça essa hierarquia muito importante.

Portugal, por sorte ou não, tem neste momento um *cluster* industrial aeronáutico. Srs. Deputados, Portugal tem um *cluster* industrial aeronáutico de grande valor acrescentado e algumas das valências das contrapartidas até estão ainda para ser executadas nesse *cluster* aeronáutico. Portanto, há uma oportunidade histórica de transferir para esse *cluster* aeronáutico alavancagem de trabalho.

Mas, enfim, aí posso dizer que estou zangado com os portugueses, que demoraram 10 anos a trazerem-me aqui para dizer diretamente isto a Deputados que poderiam ter sido meus colegas nessa altura. São decisores políticos, têm de decidir isso rapidamente, porque Portugal precisa de indústria. Se não tiver indústria, falha como Nação.

Graças a Deus, ainda temos indústria militar com alguma capacidade e valor. Se me diz que alguns desses programas, alguns dos quais já nem conhecia porque o último que li foi o do Embaixador Catarino — coitado do Embaixador Catarino, que merece que lhe demos um voto de louvor e conforto por tudo o que ele fez ou tentou fazer —, não tinham condições objetivas para poder ter sucesso na sua atividade.... Não estava criado o quadro organizacional eficiente e adequado para que isto pudesse funcionar.

Diz-me que agora está na Indústria... Por mim, não concordo. Desculpe que lhe diga e não tenho nada que estar aqui a debitar opiniões

sobre esta matéria, mas é exatamente na Indústria que se desenvolvem a maioria das influências e dos conflitos de interesses. É na Indústria!

Se for um homem que tem de julgar o que é um determinado investimento militar tem mais hipóteses de poder ser eficaz.

O Sr. Deputado desculpe-me mas, simultaneamente, meti-me naquilo que é a sua competência, porque o senhor tem competência legislativa para poder resolver este problema.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães, que dispõe também de 5 minutos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, em relação à descrição feita sobre o processo decisional no interior do Ministério da Defesa Nacional, tive ocasião de consultar o artigo para o qual remeteu o Sr. Dr. Castro Caldas e verifico que a única referência que nele é feita à questão da opção da Comissão do PRAS é a seguinte: «nunca escondi, como era do conhecimento público, as minhas grandes reservas quanto ao processo de aquisição adotado pelo XII Governo Constitucional e mantido pelos sucessivos governos desde a publicação do despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e da Indústria e Energia de 12 de setembro de 1995» (esta manhã citado pelo Sr. Dr. António Vitorino). «No entanto, as especificações fixadas naquele diploma legal foram escrupulosamente observadas e, quando da apreciação das propostas dos dois concorrentes, a Comissão pronunciou-se pela empresa francesa DCN-I, tendo o correspondente relatório sido entregue ao Ministro da Defesa Nacional em junho de 2011.»

Portanto, não pode ser este o documento a que aludia o Sr. Dr. Castro Caldas, tem de ser outro e terá sido, porventura, junto ao processo ou poderá estar na documentação do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, sendo certo que houve um episódio, em 2012, de desaparecimento de documentos, que entretanto reapareceram. Mas, francamente, não posso ter a certeza, porque não fiz o balanço tanto dos desaparecidos com dos reaparecidos, sobre se esse documento em concreto está no acervo documental.

No entanto, será uma missão fácil para o Sr. Presidente, porque é uma questão institucional, e podemos ir em busca desse documento que, tendo o conteúdo que o Sr. Doutor aqui nos transmitiu e sintetizou, será um documento de interesse, ainda que, naturalmente, não vinculasse o Governo nem o decisor final, o Conselho de Ministros e Ministro da Defesa Nacional.

Portanto, queria só deixar este ponto aclarado porque poderia gerar-se dúvida sobre a matéria.

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — O Gabinete tem um numerador de documentos. Portanto, com certeza que se se pesquisar pelo numerador de documentos, embora dê um bocado de trabalho, é capaz de se chegar ao documento que terá vindo da Direção-Geral de Armamento para o Gabinete do Ministro.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Certo! É essa a questão.

O Sr. **Presidente**: — Desse ponto de vista, precisamos só de uma indicação tão precisa quanto possível do documento e, depois, de o solicitar. É essa a nossa capacidade. Não menos nem mais do que isso.

Ainda nesta segunda ronda, a Sr.^a Deputada Cecília Meireles pretende usar da palavra. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em relação ao que foi o processo negocial de enquadramento das contrapartidas já preparei o requerimento, solicitando as atas.

O Sr. Dr. Castro Caldas explicou-nos que não se lembra mais, no pântano que encontrou, de como foi possível chegar àquele documento. Mas, sobre este processo negocial, tenho ainda uma questão muito concreta. Tem memória de terem sido ratificados ou aprovados projetos concretos de contrapartidas ainda durante o seu mandato? Já havia uma lista concreta de cada concorrente, com projetos concretos?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Programa a programa!

No caso dos submarinos, decididamente não. Tenho a certeza. No caso do EH-101, julgo que foram aprovados alguns. Julgo que sim. Não tenho de memória mas isso, pelo menos, foi objeto de observação.

O Sr. **Presidente**: — Também nesta segunda ronda, tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos, do PCP.

O Sr. **João Ramos** (PCP). — Sr. Doutor, apenas para uma questão de que me esqueci há pouco.

O Sr. Dr. Júlio Castro Caldas referiu a importância para o País de ter capacidade submarina e a concordância que tem relativamente a esta opção. Referiu também o que considerava ser a importância dos patrulhões e da conclusão do processo dos patrulhões.

Perante a impossibilidade financeira de cumprir estes dois objetivos, ou seja, ter submarinos e ter patrulhões, a opção foi a de ter os submarinos. Que avaliação faz desta decisão e até que ponto teve intervenção nesta decisão?

O Sr. Dr. **Júlio Castro Caldas**: — Sr. Deputado, se disse isso, induziu-o em erro, porque eu achava que os dois programas eram exequíveis e enquadráveis na Lei de Programação Militar e tinha financiamento para os dois. E os dois só fazem sentido se tivessem sido executados ao mesmo tempo.

Portanto, tão essencial é um como o outro! Um é essencial como patrulha e fiscalização e o navio de combate à poluição... o navio de combate à poluição é «como pão para a boca». Pode acontecer um dia destes termos um sinistro de grande envergadura e não temos meios tecnológicos adaptados para o combater. Não temos! Podemos pedir emprestado a quem os tenha, demoram é 4 a 5 dias a chegar!

Essa é uma das questões, mas continuo a dizer que, embora a crise financeira em que estamos mergulhados, porventura, não nos permita financiar o programa dos patrulhões — valha-me Deus! —, é preciso uma política europeia de defesa que tome em consideração a situação em que se encontram as costas europeias no que diz respeito ao tráfico de pessoas, imigração clandestina, desembarques noturnos nas nossas praias. Portugal tem a maior costa marítima do sul da Europa, porventura, e precisa de ter essas plataformas para desenvolver essa atividade de segurança.

Interromper o programa de construção dos patrulhões é tão grave como deixar ir para o mar um submarino sem ter feito o fabrico necessário.

Desculpem os Srs. Deputados mas tomo as dores daquilo que gostei de fazer e que tentei executar o melhor que sabia e podia.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, dou por encerrada esta audição do Sr. Dr. Júlio Castro Caldas, agradecendo mais uma vez a sua presença e disponibilidade, seja nos esclarecimentos e na memória que nos trouxe, seja em matéria de opinião, também muito relevante para o juízo que os Srs. Deputados e Comissão venham a formular.

Srs. Deputados, a próxima audição terá lugar amanhã, às 10 horas, com a audição do Sr. Dr. Rui Pena.

Está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 20 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.